

Colóquio

A Pré-história na Beira Interior

Tondela, 21 a 23 de Novembro de 1997

LIVRO DO COLÓQUIO



ORGANIZAÇÃO:

Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta
Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa

Capa: Cartaz do Colóquio, adaptado. Tratamento gráfico das insculturas do menir do Vale de Maria Pais (Antas, Penedono). Arranjo gráfico de A. Fernando Barbosa (Museu D. Diogo de Sousa).

COLÓQUIO

A PRÉ-HISTÓRIA NA BEIRA INTERIOR

(Tondela, 21 a 23 de Novembro de 1997)

Livro do Colóquio

Tondela

Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta

1 9 9 7

Colóquio

“A Pré-história na Beira Interior”

Organização

Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta
Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa

Comissão executiva

Presidente — Domingos J. da Cruz (Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras de Coimbra).
Vogais — Raquel Maria da Rosa Vilaça (Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras de Coimbra)
— Isabel Maria Costa e Silva (Museu Regional de Arqueologia “D. Diogo de Sousa”)
— Mário Armando Pereira Brito (Museu Regional de Arqueologia “D. Diogo de Sousa”).
— Ana Maria C. Leite da Cunha (Instituto Português do Património Arquitectónico)
— Alberto Manuel Metelo Coimbra (Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta)
— A. A. Huet Bacelar Gonçalves (Museu de História Natural, Faculdade de Ciências do Porto).

Secretariado

Aurora Pereirinha Sobral de Carvalho
Alberto Manuel Metelo Coimbra
Pedro Manuel Sobral de Carvalho
Ana Maria C. Leite da Cunha
António Sérgio dos Santos Pereira
Francisco Guilherme C. L. Monteiro Faure
João André Perpétuo
Lúcia Silva
Lisdália Mota
Jorge Mendes
Telmo Barbosa

Colaboração

Associação Cultural e Recreativa de Tondela
Câmara Municipal de Tondela
Instituto Português do Património Arquitectónico. Direcção Regional de Coimbra
Museu de História Natural / Antropologia. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
Dept.º de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras do Porto
Escola Profissional de Arqueologia
Ministério da Cultura / Iniciativa Mosaico
Universidade do Minho / Projecto Geira
Câmara Municipal de Tabuaço
Câmara Municipal de Viseu
Telepac
Portugal Telecom

Apoios

Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
Fundação Calouste Gulbenkian
Governo Civil de Viseu
Instituto Português da Juventude — Viseu
Instituto Português de Museus
Instituto Português do Património Arquitectónico
Secretaria de Estado do Ensino Superior
Câmara Municipal de Tondela
Região de Turismo de Dão-Lafões
Adega Cooperativa de Tondela
Caixa Crédito Agrícola Mútuo de Viseu-Tondela

Cartaz

A. Fernando Barbosa (Museu D. Diogo de Sousa)

Exposição Arqueológica **“Aspectos da Pré-história da Beira Interior”**

Coordenação
Isabel Silva
Raquel Vilaça

Seminário “Arqueologia e Informática”

Coordenação
Mário Amando Brito

Exposição/Mostra

“Aplicação das Tecnologias da Informação ao Património Cultural”

Coordenação
Mário Amando Brito

Livro do Colóquio

Coordenação
Domingos J. da Cruz

Capa

A. Fernando Barbosa

Edição

Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta
Casa do Miradouro
Largo António José Pereira
3500 Viseu

Montagem, impressão e encadernação

Imprensa Portuguesa
Rua Formosa, 108-116 — 4000 Porto

Tiragem: 300 exemplares
Depósito legal: 118314/97
ISBN - 972-95952-3-2

Este Catálogo constitui o suplemento 2 do vol. V (1997) da série
“Estudos Pré-históricos”.

© Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta e Autores.

SAUDAÇÃO

Na sequência da reunião que teve lugar, em 1992, em Mangualde, de novo nos reunimos em terras beirãs para avaliar do estado da investigação da Pré-história na Beira Interior, e outras áreas da Península Ibérica cuja problemática, de algum modo, se relacione com aquela, em ampla reflexão transregional.

Este desiderato passará pela apresentação de um pouco mais de duas dezenas de comunicações, seguidas de períodos de debate, a exposição documental sobre a Pré-história da região, a visita guiada a monumentos e estações arqueológicas, para além de outras actividades associadas ao colóquio e, sobretudo, o diálogo e a troca de experiências entre investigadores e outros agentes culturais.

Congratulamo-nos pela resposta de todos os participantes, investigadores de diferentes partes da Península Ibérica, e, particularmente, pela expressiva representação de jovens, em início de carreira, uns, em formação, outros, bem como pela adesão de inúmeras instituições, regionais e de âmbito nacional, sinal de que, de facto, é possível mobilizar as infraestruturas locais para actividades de investigação, divulgação e valorização do património histórico e arqueológico, que, sem dúvida, deve ser cada vez mais entendido como factor de progresso e desenvolvimento, em harmonia com outros. Seguramente que o desenvolvimento regional passará também, necessariamente, pela cultura e a investigação.

O conjunto de manifestações que enformam o Colóquio, ainda que singelas, só foram possíveis com a voluntariedade que ainda anima um grande número de interventores culturais, individuais e institucionais, o que nos apraz muito registar, como também o apoio e a colaboração de muitas entidades, oficiais e particulares.

Nesta oportunidade, agradecemos a todos quantos nos ajudaram, de algum modo, a erguer o “edifício” e saudamos todos os participantes, votando por um trabalho proficuo e agradável estada nestas terras do interior.

A Comissão Organizadora

PROGRAMA

21 de Novembro, sexta-feira

09,00 horas — Abertura do secretariado.

10,00 horas — Abertura do Colóquio.

1.ª sessão

10,05 horas — João Carlos de Senna-Martinez (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa) — “Neolitização e Megalitismo na Plataforma do Mondego”.

10,30 horas — José M. Quintã Ventura (Associação para o Estudo Arqueológico da Bacia do Mondego) — “O núcleo megalítico dos Fiais/Ameal: um novo balanço”.

11,00 horas — Luís F. C. Gomes, Pedro S. Carvalho, J. Paulo A. Francisco, João Perpétuo (Arqueohoje, Ld.º) e Lucília C. Marrafa — “O Dólmen de Areita (Paredes da Beira, S. João da Pesqueira, Viseu)”.

11,30 horas — Fernando Pereira da Silva (Universidade Católica, Centro Regional de Viseu) — “Um novo dólmen pintado e gravado da bacia do médio Vouga — o dólmen do Juncal. Notícia preliminar”.

12,00 horas — Miguel A. González López e Beatriz Teijeiro López (Salamanca) — “Bases para el estudio paleodemográfico de las sociedades constructoras de megalitos. Análisis de las capacidades laborales”.

12,30 horas — Debate. Coordenação: Vítor Oliveira Jorge (Faculdade de Letras, Universidade do Porto).

13,00 horas — Almoço.

2.ª sessão

15,00 horas — António Carlos Valera (Gabinete de Arqueologia de Fornos de Algodres) — “A neolitização da Bacia Interior do Mondego”.

15,30 horas — Domingos J. Cruz (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra) — “Aspectos do Megalitismo da Beira Alta”.

16,00 horas — Carla Stockler (Câmara Municipal de Baião) — “Em torno da cronologia do megalitismo da Serra da Aboboreira: novas datas de ¹⁴C da Mamoia de Cabras (Amarante)”.

16,30 horas — Intervalo.

17,00 horas — Orlando Castro Ferreira de Sousa (Instituto Português do Património Arquitectónico, Direcção Regional do Porto) — “Ídolos megalíticos do Norte de Portugal”.

17,30 horas — Victoria Villoch Vazquez (Universidade de Santiago de Compostela) — “Menhires e elementos antropomorfos do megalitismo galego: algunhas reflexións”.

18,00 horas — Debate. Coordenação: João Carlos de Senna Martinez (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa).

18,30 horas — Apresentação do livro “Pensar a Arqueologia, Hoje” (coord. de Jorge de Alarcão e Vítor Oliveira Jorge, ed. “Gradiva”, série “Debates”, n.º 1).

19,00 horas — Dão de Honra.

20,00 horas — Jantar.

22,30 horas — Programa cultural. Café-concerto. ACERT.

22 de Novembro, sábado

3.ª sessão

- 09.30 horas — Vítor O. Jorge (Faculdade de Letras, Universidade do Porto) — “Reflexões sobre a arte rupestre do Interior do País, do Douro ao Tejo”.
- 10.00 horas — Hipólito Collado Giraldo (Dirección General de Patrimonio. Junta de Extremadura), Milagros Fernández Algaba, Diana Pozuelo Lorenzo, Montserrat Girón Abumalham (Universidad Complutense, Madrid) — “Arte rupestre en Extremadura: últimas investigaciones”.
- 10.30 horas — Mila Simões de Abreu (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) e Ludwing Jaffe — “Arte rupestre na Beira Interior: Vale da Vermelha”.
- 11.00 horas — Ludwing Jaffe e Mila Simões de Abreu (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) — “Vale da Vermelha: técnicas de levantamento — uma experiência piloto”.
- 11.30 horas — Fernando Carrera Ramírez (Escola Superior de Conservación e Restauración de Bens Culturais de Galicia, Pontevedra) — “Un desafío: preservar la pintura megalítica”.
- 12.00 horas — Philine Kalb (Instituto Arqueológico Alemão) e Martin Höck (Universidade da Beira Interior) — “Escavação arqueológica de uma câmara megalítica”.
- 12.30 horas — Debate. Coordenação: Maria de Jesus Sanches (Faculdade de Letras, Universidade do Porto).
- 13.00 horas — Almoço.

4.ª sessão

- 15.00 horas — José Enrique Márquez Romero e Luis-Efrén Fernández Rodríguez (Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Malaga) — “Los asentamientos humanos en las fases iniciales de la Edad del Cobre en la Provincia de Malaga (España)”.
- 15.30 horas — Ana Cristina C. F. B. de Oliveira (Museu Municipal de Loures) — “O povoado calcolítico de Cabeço da Malhoeira (Benquerença, Penamacor, Castelo Branco)”.
- 16.00 horas — Susana Oliveira Jorge (Faculdade de Letras, Universidade do Porto) — “Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa): hipóteses interpretativas”.
- 16.30 horas — Debate. Coordenação: João Luís Cardoso (Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa).
- 17.00 horas — Intervalo.

5.ª sessão

- 17.30 horas — João Luís Cardoso (Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa), João Carlos P. Caninas e Francisco Henriques (Associação de Estudos do Alto Tejo) — “Duas estruturas habitacionais da Idade do Bronze do Monte de São Domingos (Castelo Branco)”.
- 18.00 horas — Ana M. Martín Bravo e Eduardo Galán (Universidad Complutense de Madrid) — “Poblamiento y circulación metálica en la Beira Interior y Extremadura durante el Bronce Final y la transición a la Edad del Hierro”.
- 18.30 horas — Raquel Vilaça (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra) — “Produção, consumo e circulação de bens no Bronze Final na Beira Interior”.
- 19.00 horas — Debate. Coordenação: Susana Oliveira Jorge (Faculdade de Letras, Universidade do Porto).
- 19.30 horas — Jantar.

23 de Novembro, domingo

visita de estudo:

Arquinha da Moura (Lajeosa do Dão, Tondela) — Penedo dos Mouros (S. Miguel do Outeiro, Tondela) — Estátua-menir da Caparrosa (Caparrosa, Tondela) — Pedra Escrita de Serrazes (Serrazes, S. Pedro do Sul) — Dólmen de Antelas (Pinheiro de Lafões, Oliveira de Frades) — Dólmen do Espírito Santo d’Arca (Arca, Oliveira de Frades). Almoço em Pinheiro de Lafões (Restaurante “Zé da Fonte”).

outras actividades associadas:

- dia 20 — Seminário sobre “Arqueologia e Informática”. Conferências e Debate. Inscrição prévia.
- dias 20 e 21 — Exposição/Mostra “Aplicação das Tecnologias da Informação ao Património Cultural”.
- Exposição Arqueológica “Aspectos da Pré-história da Beira Interior”.
- Feira do Livro Arqueológico (na Livraria da ACERT).

COMUNICAÇÕES

Programa de estudo arqueológico da bacia do médio e alto Mondego. O Núcleo Megalítico dos Fiais/Ameal: um novo balanço

*José Manuel Quintã Ventura **

O espaço sobre o qual se debruçará a análise, localiza-se no topo do interflúvio entre o Mondego, a sul, e a ribeira da Azenha, a noroeste, no planalto do Ameal, Plataforma do Médio Mondego, na freguesia de Oliveira do Conde, concelho de Carregal do Sal, distrito de Viseu. O grupo de monumentos megalíticos deste planalto configura-se com um **núcleo megalítico**, constituído até ao momento por sete monumentos. Surge este Núcleo associado espacialmente, a várias manchas de ocupação humana, coeva de algumas das fases de utilização destes monumentos.

Os monumentos megalíticos até ao momento detectados podem ser inseridos em três grandes grupos:

1. Monumentos de pequenas dimensões, com um único momento de utilização, sem estruturas complexas, como átrios, estruturas de condenação, etc.;
2. Monumentos de grandes dimensões, de características avançadas, com corredores longos e estruturas complexas, normalmente com uma utilização de longa duração;
3. Pequenos monumentos de tipo cairn, eventualmente inseríveis em momentos tardios da evolução local.

Na sequência dos reconhecimentos efectuados entre 1989 e 1991, iniciou-se recentemente a escavação de um pequeno monumento — Orca 2 de Oliveira do Conde — eventualmente inserível no primeiro tipo definido anteriormente, tendo-se processado até ao momento três campanhas de escavações, tendo os trabalhos decorrido no âmbito do Campo Arqueológico de Canas de Senhorim.

A análise dos dados fornecidos pela escavação deste arqueosítio, ao longo destas três campanhas, que aqui são apresentados pela primeira vez, apesar de preliminares, permitiram inferir parte da estrutura da mamoa e do espólio, que parece corresponder a modelos conhecidos localmente, de monumentos megalíticos, nomeadamente:

— que nos encontramos perante um monumento de câmara megalítica, ainda que os dados não nos permitam avançar mais, quer em relação à estrutura e à forma desta;

— por outro lado, o *tumulus* desenvolve-se segundo uma fórmula “clássica” de um anel pétreo exterior e um eventual contraforte exterior à estrutura megalítica, sendo o espaço entre estes dois preenchido por um anel de terras de enchimento da mamoa;

— uma estrutura pétreo detectada no quadrante sul do monumento, parece estar em estreita associação com a estrutura central e com o desenvolvimento do anel pétreo de contenção externos definindo uma eventual área de acesso à câmara;

— tudo parece indicar a existência de um eventual monólito sobre esta última estrutura, apesar de não ser inédito em termos do megalitismo a norte do Mondego, não encontra no entanto paralelos em termos regionais.

* Investigador do PEABMAM.

O Dólmen de Areita (São João da Pesqueira, Viseu)

L. F. C. Gomes *, P. S. Carvalho *,
J. P. A. Francisco *, João Perpétuo *, L. C. Marrafa **

A Câmara Municipal de São João da Pesqueira, de colaboração com o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional/Comissão de Coordenação da Região Norte, e no âmbito de um projecto apresentado ao sub-programa C do Pronorte, tem vindo a desenvolver, desde 1996, todo um conjunto de acções visando a inventariação, salvaguarda, valorização e divulgação do rico património arqueológico ainda existente nesta região sobranceira ao rio Douro.

Numa primeira fase, e através da Arqueohoje, Conservação e Restauro do Património Monumental, Ld.^a, empresa à qual foi adjudicada tal tarefa, iniciou-se a elaboração da Carta Arqueológica permitindo, no actual estado das investigações, a identificação de alguns povoados alcantilados e sobranceiros aos principais cursos de água — rios Távora e Douro —, povoados esses com várias fases de ocupação — Idade do Cobre/Bronze (III.º/II.º milénio a.C.) — e com uma razão de ser baseada no controlo destas importantes linhas fluviais.

De igual modo, e no seguimento das prospecções já efectuadas, foram descobertos outros indícios da ocupação humana atribuíveis a períodos subsequentes, nomeadamente à época romana e medieval.

Numa segunda fase, já em curso, pretende-se a digna valorização e respectiva sinalização do importante abrigo pré-histórico com pinturas rupestres da “Fraga d’Aia” (Paredes da Beira), descoberto e escavado na década de 80. Trata-se de um dos raros sítios com pinturas, a vermelho, existentes no Norte e Centro de Portugal, tendo fornecido um valioso conjunto de artefactos líticos e cerâmicos datados do IV.º/III.º milénio a.C.

Próximo deste abrigo, e muito provavelmente relacionado com a(s) mesma(s) comunidade(s), foram erigidos pelo menos cinco sepulcros megalíticos, destacando-se, pela sua monumentalidade e estado de conservação, o Dólmen de Areita.

Localizado junto à estrada que liga as povoações de Paredes da Beira e Riodades, corresponde a um dos maiores monumentos do género existentes na Beira Alta, sendo composto por uma câmara poligonal, de sete esteios, e corredor de acesso de médias dimensões.

Na sua área fronteira, e no montículo artificial que o envolvia, foi possível detectar todo um conjunto de estruturas, nomeadamente um “corredor intratumular” e/ou “átrio” e subsequente selagem desse mesmo espaço de acesso.

Ao nível do espaço interno, e mormente na área da câmara, mantida intacta até aos dias de hoje, foi possível detectar-se um só nível primário de utilização definido por uma camada de areão coberta de ocre e sobre a qual se conservaram ainda restos ósseos humanos associados a uma variada panóplia de artefactos — micrólitos, lâminas, uma goiva e dois machados de reduzidas dimensões, mais de 3.000 pequenas contas discoidais, em xisto, e quase duas dezenas de contas verdes, em variscite —, que, pelas características, nos permitem situá-lo nos finais do IV.º milénio a.C.

Sob o primitivo espaço de utilização, foram identificados vários troncos carbonizados, muito provavelmente relacionados com estruturas de madeira colocadas aquando da construção e utilizadas como apoio às próprias estruturas megalíticas.

Quando este já se encontrava totalmente edificado, e antes da deposição da camada de areão sobre a qual seriam depositados os inumados, as estruturas de apoio não terão sido simplesmente removidas mas antes queimadas *in situ*, talvez correspondendo a mais uma manifestação ritual através do fogo.

Deferência ao laboratório de Geocronología do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), e em especial ao seu director, Dr. Fernán Alonso, pela execução gratuita de duas amostras de carvões, bem como ao IPPAR, em colaboração com o Laboratório de Radiocarbono do Instituto Tecnológico e Nuclear.

Refira-se ainda a presença de uma estrutura de tipo “cista”, em granito, que se encontrava no interior da câmara, encostada a um dos esteios do lado sul. Trata-se de uma estrutura pouco frequente no contexto do megalitismo peninsular, talvez relacionando-se com a deposição de cadáveres no seu interior.

Os trabalhos de restauro, bastante complexos, compreenderam, entre outras acções, a reposição de um enorme esteio da câmara funerária, bem como da laje de cobertura.

A musealização do sítio implicou ainda a reconstrução do *tumulus* e corte da vegetação arbórea que obstruía completamente o espaço envolvente do sepulcro.

A Câmara Municipal pretende transformar este local num ex-libris da arqueologia do Concelho, apostando na musealização do espaço envolvente e dotando-o de painéis explicativos e placas sinalizadoras nas principais vias de acesso.

O valioso património móvel que, paulatinamente, se vai acumulando, será depositado e devidamente exposto no futuro museu local que funcionará num solar localizado no centro histórico da vila de São João da Pesqueira.

* Arqueólogo. Conservação e Restauro do Património Monumental. Ld.^o.

** Prof.^o do Ensino Secundário.

Bases para el estudio paleodemográfico de las sociedades constructoras de megalitos. Análisis de las capacidades laborales

*Miguel A. González López **

*Beatriz Teijeiro López ***

La comprensión del comportamiento social de los grupos que construyeron los monumentos megalíticos es uno de los aspectos a tener en cuenta para lograr un acercamiento real al fenómeno complejo del megalitismo. Planteamos una aproximación al fenómeno a partir del análisis de los patrones de ubicación de los monumentos, entendiéndolos como parte integrante de un paisaje¹ no solamente físico, sino a la vez simbólico, en la que el monumento actúa como elemento integrador de todas las relaciones arqueológicas existentes. Por otro lado intentamos superar las perspectivas “tradiciones” de estudio que envuelven todavía hoy al fenómeno megalítico, prestando especial atención al monumento, no solo como el resultado de una forma de apropiación del espacio, la disponibilidad de recursos, sino como el resultado de una interacción entre las diferentes actividades económicas, sociales e ideológicas que desarrolla un grupo para atender a sus necesidades de producción y reproducción. Todos los comportamientos económicos, sociales e ideológicos generan una serie de categorías empíricas cognoscibles a través de un tratamiento adecuado del registro arqueológico.

Además del análisis locacional, el estudio de las fuerzas de trabajo invertidas en la construcción de los megalitos nos permite calcular las inversiones de esfuerzo realizadas en “obras públicas” así como el número mínimo de individuos necesarios para la consecución de la obra, lo que nos ofrece una aproximación al tamaño de las poblaciones del III milenio. Los monumentos megalíticos están íntimamente ligados a las limitaciones que impone el medio natural, a las posibilidades técnicas y al volumen demográfico de las comunidades que los erigen. Éstos son las primeras manifestaciones arquitectónicas humanas que transforman el paisaje circundante. Esta monumentalidad radica en el juego de diferentes factores, como el volumen de la construcción y su emplazamiento.

Analizamos el trabajo invertido en la masa tumular, así como el volumen y peso de los ortostatos porque su transporte requiere un número mínimo de individuos que han de aplicar una fuerza de manera simultánea. Las fuentes, tanto arqueológicas como la documentación etnográfica y la arqueología experimental, nos permiten estimar el esfuerzo necesario en la construcción de los megalitos².

El área de estudio se localiza en el sector SW de la Meseta Norte española, área megalítica tradicionalmente asociada al fenómeno de la Beira Alta³. Presentamos a continuación un ejemplo del trabajo realizado con el fin de que sirvan como antecedente de los resultados que vamos observando.

¹ Entendemos el paisaje como el resultado de un **marco ambiental** concreto, modelado por la acción humana y un **marco cultural** basado en una concepción particular del espacio.

² Los primeros esfuerzos metodológicos se observan en BELLO et al. (1982) “Aproximación a un modelo económico-social del megalitismo de NW peninsular” *Brigantium*, 3, pp. 33-39.

³ Delibes, G. y Santonja, M. (1986) *El fenómeno megalítico en la provincia de Salamanca*. ed. Diputación Provincial de Salamanca. Serie Prehistoria y Arqueología, n.º 1 .

El dolmen de el Teriñuelo (Aldeavieja de Tormes)⁴, dado a conocer en los años 30 por el agustino Cesar Moran y excavado por el Museo de Salamanca en los años 80. Se trata de un sepulcro de corredor con cámara ovalada formada por lajas de diferentes materias primas, todas de origen autoctono, lo que explica su variedad. Localizado en el fondo del valle que forma el rio Tormes, en una amplia vega. Como observamos en el cuadro adjunto para el ortostato mas pesado (1,64 toneladas), son necesarios un número mínimo de 28 individuos para su transporte, lo que nos indica el número aproximado de constructores implicados.

Analizando una muestra representativa de monumentos, así como un estudio detallado de las áreas habitacionales contemporanea podemos obtener un cuadro aproximativo bastante fiel de la realidad existente.

Topónimo	Localidad	Diámetro	Altura	Vol. Tumular	H./trabajo
Teriñuelo	Aldeavieja	32 m	2,5 m	1013,49 m ³	3,378 horas

Laja	Longitud	Anchura	Grosor	Volumen	Peso TM	Elevac.	A. Direc.	A. Rollos
1	110	55	49	0,3	0,77	13,4	12,3	4,6
2	110	62	20	0,14	0,35	6,19	5,6	2,12
3	135	43	30	0,17	0,45	7,9	7,2	2,7
4	120	100	10	0,12	0,31	5,4	4,99	1,8
5	100	57	34	0,19	0,5	8,8	8,04	3
6	125	67	37	0,31	0,81	14	12,8	4,8
7	150	90	33	0,45	1,16	20,2	18,52	6,9
8	160	128	18	0,37	0,96	16,7	15,3	5,7
9	159	90	14	0,2	0,52	9,1	8,3	3,1
10	140	96	28	0,38	0,98	17,1	15,6	5,86
11	140	62	41	0,36	0,93	16,1	14,8	5,5
12	130	120	22	0,34	0,89	15,6	14,2	5,3
13	145	45	23	0,15	0,39	6,8	6,2	2,3
14	142	74	18	0,19	0,49	8,59	7,8	2,9
15	135	70	60	0,57	1,47	25,79	23,5	8,8
16	210	60	30	0,38	0,98	17,1	15,7	5,84
17	129	80	37	0,32	0,99	17,3	15,8	5,9
18	140	100	45	0,63	1,64	28,6	26,2	9,8
19	110	80	17	0,15	0,39	6,79	6,2	2,3
20	100	60	40	0,24	0,62	10,9	9,98	3,7
21	80	70	10	0,06	0,15	2,5	2,3	0,87
22	139	100	27	0,38	0,98	17	15,6	5,8
23	76	90	10	0,07	0,18	3,09	2,83	1
24	80	60	60	0,29	0,75	13,09	11,96	4,48

CUADRO 1

* Arqueólogo Prehistoriador.

** Estudiante. Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Salamanca (Itinerario de Patrimonio).

⁴ González, M. A. y Teijeiro, B. (e.p.) "Trabajo y demografía en el III milenio: el paisaje megalítico en el occidente de la Meseta Norte" *Actas del XXIV Congreso Nacional de Arqueología*, 1997.

A neolitização da bacia interior do Mondego

António Carlos Valera *

O problema em análise

Até há relativamente pouco tempo, a problemática da neolitização de grande parte dos espaços do interior do Ocidente Peninsular era quase que indissociável da problemática do megalitismo, considerando-se o tradicionalmente designado Neolítico Antigo como um fenómeno essencialmente litoral.

Tem sido ao longo das décadas de oitenta e noventa que a investigação realizada tem vindo a pôr em evidência todo um conjunto de informações que permitem abordar sob novas perspectivas o problema da neolitização dos territórios do interior, nomeadamente do centro/norte do Ocidente Peninsular, área onde se enquadra a bacia interior do Mondego.

No início da década de oitenta criava-se para a Meseta Norte espanhola o termo de “Neolítico Interior” (FENÁNDEZ POSSE, 1980), correspondendo a uma série de materiais cerâmicos de sítios mesetenhos, considerados como tendo uma clara filiação andaluz. Em meados da mesma década, sublinhava-se, numa breve síntese, a existência de um momento neolítico pré-megalítico na meseta (GERMÁN DELIBES, 1985), reafirmando-se para os vários contextos mesetenhos surgiam materiais, sobretudo cerâmicos, que evidenciavam inequívocas proximidades com o círculo andaluz, nomeadamente com a fase pós-cardial designada, por Bosh Gimpera, como *cultura de las cuevas*. Sem se aprofundarem problemas relativos às vias e mecanismos de difusão, os contextos mesetenhos foram interpretados como documentos de uma expansão para o interior peninsular desse neolítico andaluz. A este respeito, escrevia-se três anos mais tarde (MUNÍCIO, 1988) sobre a hipótese de existência de um grupo ocidental dentro do mundo neolítico mesetenho, baseado em contactos originados na proximidade atlântica e nas áreas andaluzas, insinuando-se, relativamente a esta última região, a possibilidade da Extremadura espanhola ter actuado como intermediária.

Esta proposta sustentava-se já no reconhecimento, em alguns contextos conhecidos na Extremadura e área de Huelva, de influências que remetiam para o neolítico andaluz (PIÑON & BUENO, 1988: 222; GONZALEZ CORDERO, 1996).

Por outro lado, no interior alentejano verificou-se a identificação de uma série de sítios com conjuntos artefactuais que começavam a sugerir, também para aquela zona, uma neolitização pré-megalítica. No seguimento da linha já traçada, estas evidências emergentes possibilitaram a colocação da hipótese de uma via terrestre, com origem andaluz, para essa neolitização do interior alentejano (DINIZ, 1994).

Por último, os trabalhos recentes realizados no Norte de Portugal (SANCHES, 1995; AUBRY, CARVALHO & ZILHÃO, 1997) vieram demonstrar a existência de um neolítico pré-megalítico, cujo momento mais antigo está datado da primeira metade do V milénio AC na camada IV do abrigo do Buraco da Pala (SANCHES, 1995), com um registo arqueológico que permite pensar numa expansão rápida da economia produtora para o interior norte.

Começa, assim, a delinear-se uma *via de neolitização* do espaço interior do centro/norte do Ocidente Peninsular através do “corredor” de Cáceres - Castelo Branco, cujas características de potencial via de comunicação Norte/Sul já haviam sido salientadas para outros períodos mais recentes (NUNES & RODRIGUES, 1957; RUIZ-GÁLVEZ & GALÁN DOMINGO, 1991; SENNA-MARTINEZ, 1994; VILAÇA, 1995).

No caso concreto da bacia interior do Mondego, têm vindo a surgir, desde o final da década de oitenta, uma série de novos dados que, apesar de se encontrarem ainda numa fase de estudo, permitem integrar a região nesta problemática. Estes dados são relativos às ocupações neolíticas do Penedo da Penha I, Buraco da Moura de S. Romão (VALERA, 1993; 1997) e ao sítio das Carriceiras (SENNAMARTINEZ & ESTEVINHA, 1994), sítios a que se poderá vir eventualmente a juntar a Quinta do Soito, ainda inédito.

Deste modo, e enquanto se prepara uma monografia conjunta para as ocupações neolíticas do Penedo da Penha e Buraco da Moura de S. Romão, serve esta comunicação para avançar, a partir duma análise prévia destes dois contextos, alguns dos problemas que se levantam actualmente no que respeita à neolitização da região.

* Gabinete de Arqueologia de Fornos de Algodres.

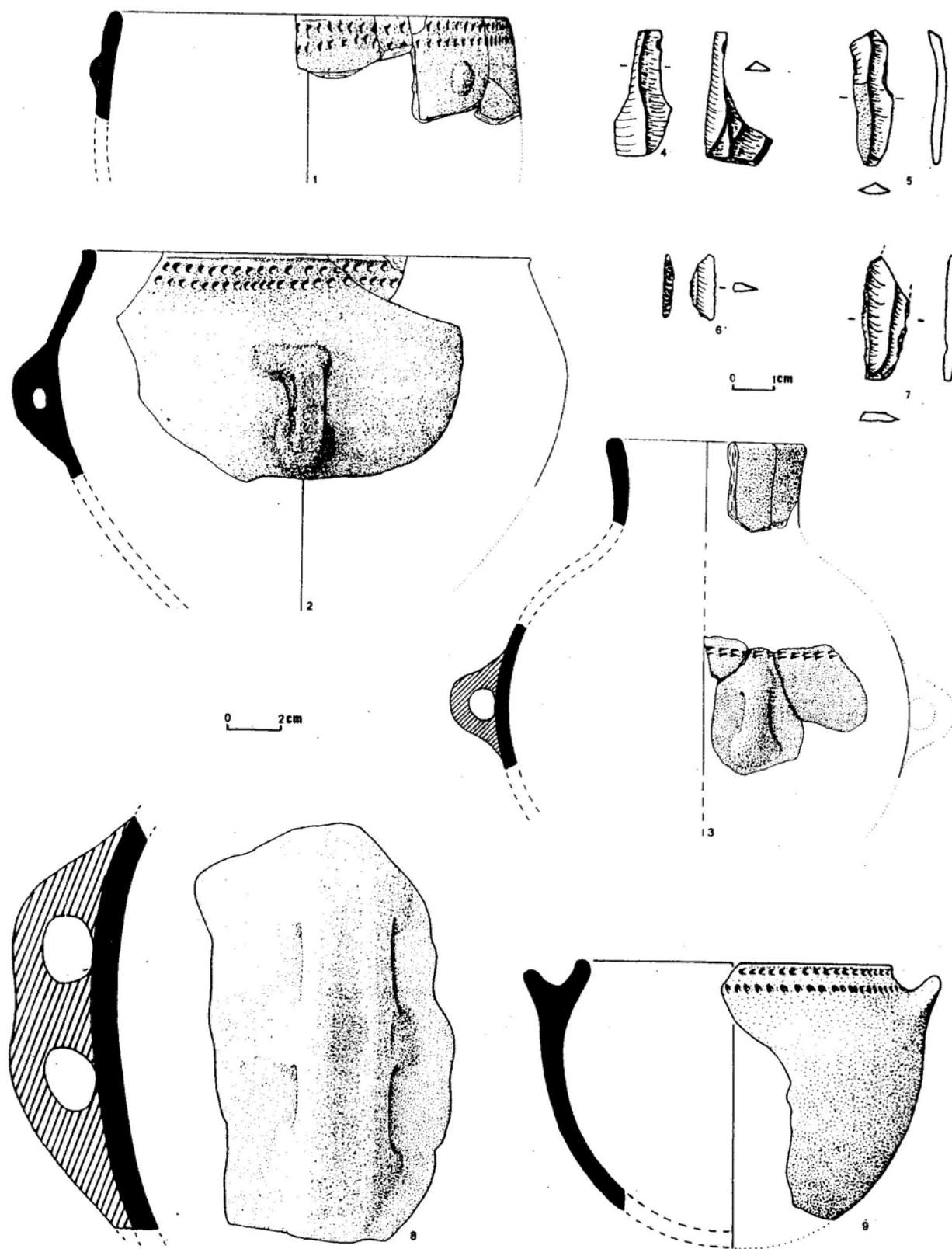


Fig. 1 — Penedo da Penha: cerâmicas impressas (1 a 3), lamela ultrapassada (4), lamelas retocadas (5 e 7), crescente sobre lamela (6); Buraco da Moura: asa de dupla perfuração (8) e cerâmica impressa (9).

Aspectos do megalitismo da Beira Alta

Domingos J. da Cruz *

Nesta comunicação far-se-á a avaliação do estado actual dos conhecimentos sobre a emergência do megalitismo na região da Beira Alta, interligada com outras áreas da Península Ibérica. Centrará-se, sobretudo, em aspectos que têm a haver com a cronologia do megalitismo regional, complexidade estrutural e funcional das construções “clássicas”, neste contexto se integrando a arte megalítica, também bem representada na Beira Alta. Embora com informação menos segura, traçar-se-á ainda o quadro regional das construções sepulcrais dos III e II milénios a.C.

1. Na Beira Alta, tal como no Noroeste Peninsular e, certamente, outras áreas da Península Ibérica, admitimos a existência de um processo de complexificação crescente das construções funerárias — dólmenes —, visível na volumetria dos *tumuli*, dimensão dos espaços sepulcrais propriamente ditos, percepção exterior do edifício, emergência de novas estruturas — “átrio”, “corredor intratumular” —, etc. A este nível, regista-se, de facto, uma certa “distância” entre os designados “dólmenes simples” (câmaras poligonais, fechadas ou abertas) e os “dólmenes complexos” (câmaras com corredor, de diferentes dimensões, “vestíbulo”, etc.), evidenciando, ambos, alguma diversidade.

Fig. 1 — Representação gráfica das datações convencionais calibradas de monumentos megalíticos da Beira Alta. Método A. (Período convencional “Libby” de 5568 anos e intervalos de confiança de ± 1 sigma (68,26%) e ± 2 sigma (95,46%). Na calibração utilizou-se o Radiocarbon Calibration Program do Quaternary Isotope Laboratory da Universidade de Washington, versão 3.0.3c, com curva de 20 anos (Stuiver, M. & Reimer, P. J., 1993, *Radiocarbon*, 35, pp. 215-230) e as curvas de M. Stuiver & G. W. Pearson, 1993, *Radiocarbon*, 35, pp. 1-23.

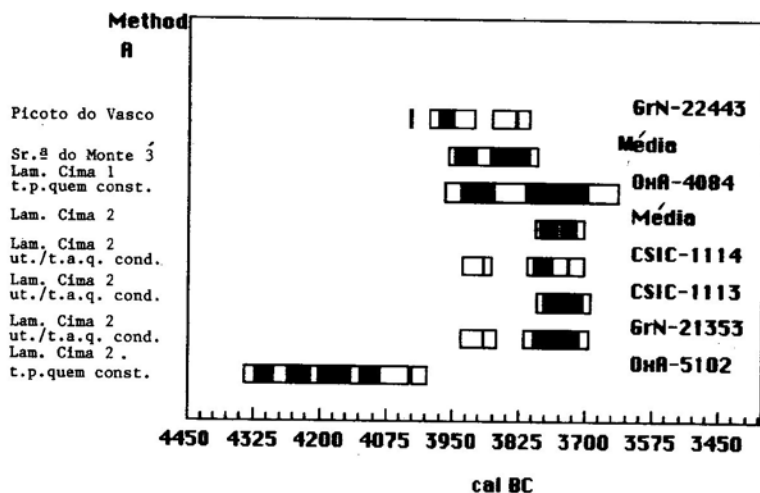
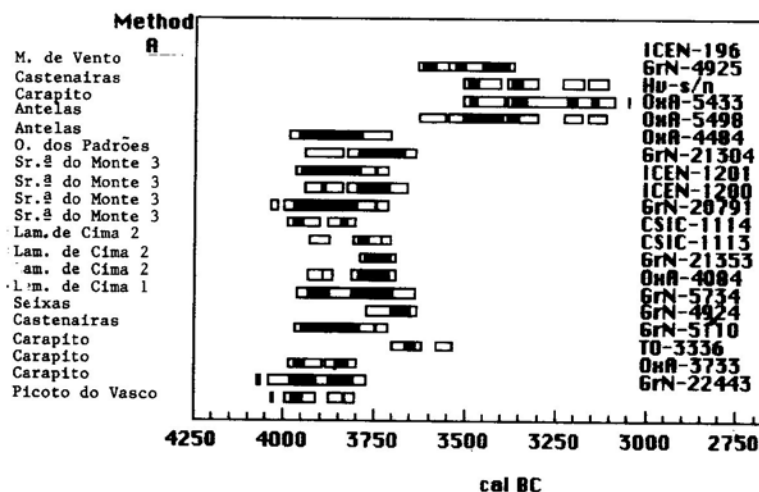


Fig. 2 — Representação gráfica das datações convencionais calibradas de monumentos megalíticos da Beira Alta (dólmenes de Lameira de Cima 1 e 2, Senhora do Monte 3 e Orca do Picoto do Vasco) relativas aos *terminus post quem* para a construção, utilização primária do monumento e *terminus ante quem* para a condenação. Método A. (Período convencional “Libby” de 5568 anos e intervalos de confiança de ± 1 sigma (68,26%) e ± 2 sigma (95,46%). Na calibração utilizou-se o Radiocarbon Calibration Program do Quaternary Isotope Laboratory da Universidade de Washington, versão 3.0.3c, com curva de 20 anos (Stuiver, M. & Reimer, P. J., 1993, *Radiocarbon*, 35, pp. 215-230) e as curvas de M. Stuiver & G. W. Pearson, 1993, *Radiocarbon*, 35, pp. 1-23.

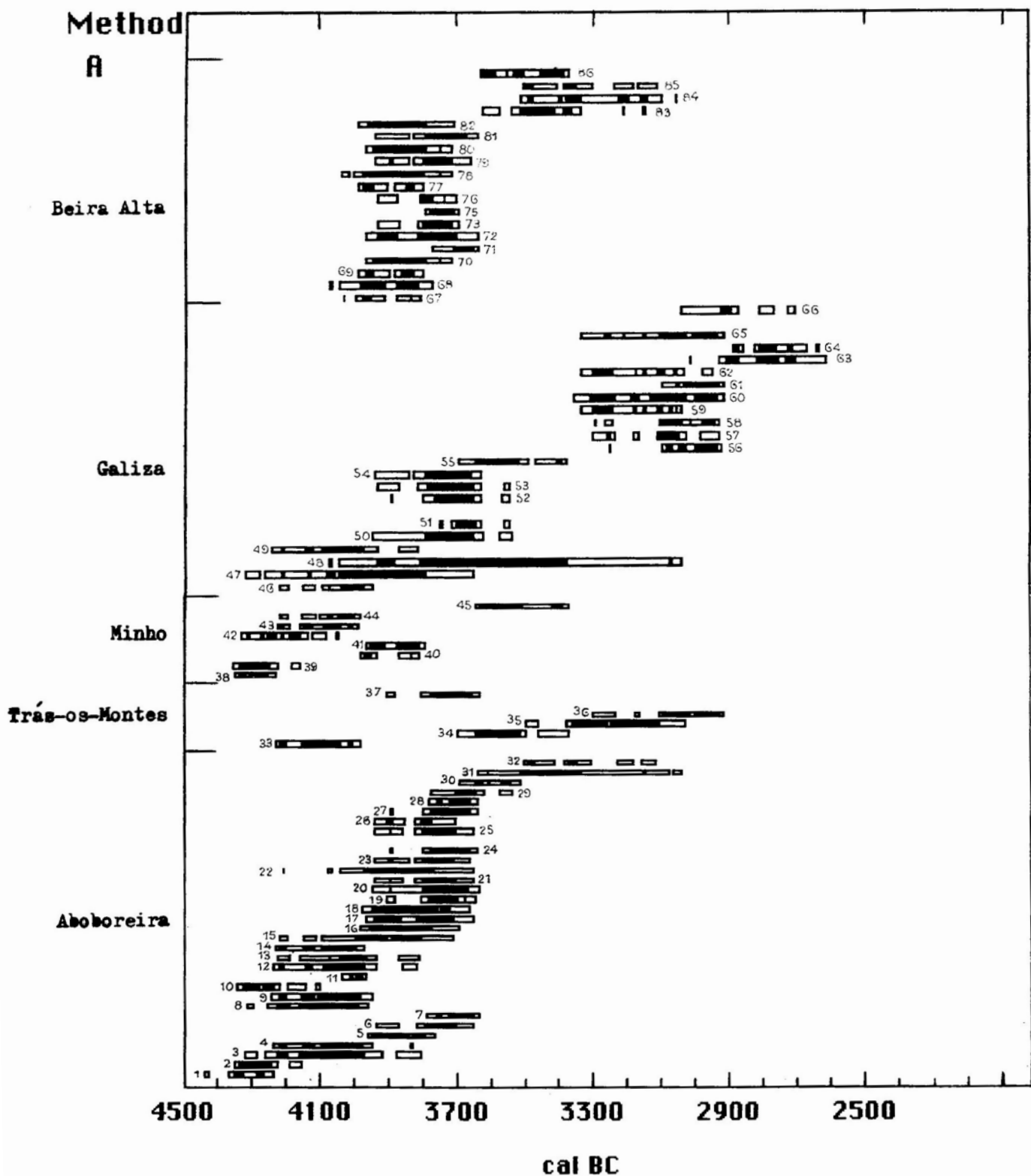


Fig. 3 — Representação gráfica das datações convencionais calibradas de monumentos megalíticos da Beira Alta, Norte de Portugal e da Galiza. Método A. (Período convencional "Libby" de 5568 anos e intervalos de confiança de ± 1 sigma (68,26%) e ± 2 sigma (95,46%). Na calibração utilizou-se o *Radiocarbon Calibration Program* do Quaternary Isotope Laboratory da Universidade de Washington, versão 3.0.3c, com curva de 20 anos (Stuiver, M. & Reimer, P. J., 1993, *Radiocarbon*, 35, pp. 215-230) e as curvas de M. Stuiver & G. W. Pearson, 1993, *Radiocarbon*, 35, pp. 1-23.

Um conjunto de cerca de 50 datações radiocarbónicas, a maior parte das quais obtidas em trabalhos recentes, realizadas sobre amostras recolhidas em monumentos de grandes e médias dimensões, com estruturas complexas na área de acesso, permitem definir que estes últimos terão sido construídos em período curto, situável entre 4000 e 3700 a.C. (anos reais), eventualmente prolongando-se até 3600 a.C.

Este momento terá sido precedido por outro (ainda que a informação disponível seja reduzida, por falta de escavações), no qual se integrarão os *tumuli* mais pequenos, com câmaras, fechadas ou abertas, e espaços úteis também mais reduzidos, tal como, aliás, se assinala no Norte de Portugal e na Galiza.

Esta evolução estrutural das construções não é independente de rituais mais elaborados e, certamente, comunidades demograficamente mais amplas e maior grau de complexidade social.

2. A situação não é muito diferente do que se regista em outras áreas peninsulares, nomeadamente no Noroeste: os pequenos dólmenes, construídos no último quartel do V milénio a.C. e primeiras centúrias do IV milénio a.C., precederão os dólmenes de maiores dimensões, cuja construção terá ocorrido, sobretudo, na passagem do 1.º para o 2.º quartel deste milénio (3800-3600 a.C.).

Na Beira Alta, por outro lado, os dados actuais parecem mostrar uma relativa precedência do momento de emergência dos grandes monumentos relativamente às regiões mais setentrionais, situação eventualmente relacionável com um movimento de expansão naquele sentido.

3. O grande número de monumentos construídos nos finais do V milénio a.C. e inícios do milénio seguinte, ao invés da sua distribuição temporal ao longo de um ou dois milénios, deve ser encarado como um episódio de curta duração, correspondendo a um movimento importante, certamente de expansão demográfica, que se regista nos finais do Neolítico.

O período de funcionamento primário destes *tumuli* é também reduzido. De facto, as datações radiocarbónicas disponíveis mostram que o encerramento destes sepulcros se fez não muitos anos depois do da sua construção, ou seja, em termos de cronologia radiocarbónica, os momentos de construção, utilização e encerramento das construções são indistinguíveis.

O grande número de monumentos erigidos em período de tempo curto apontará, cremos, para a existência de numerosas pequenas comunidades, algo dispersas, cada uma com o seu próprio sepulcro, servindo, talvez, durante 2 ou 3 gerações.

4. A arte megalítica, tal como noutras regiões, é sobretudo uma manifestação que ocorre nos monumentos de grandes dimensões, integrando-se no movimento crescente de complexidade das estruturas cons-

Legenda da Fig. 3: Chã de Parada 4: 1. ICEN-162: 5470±45 BP; 2. ICEN-169: 5420±40 BP; 3. ICEN-890: 5240±90 BP; 4. ICEN-891: 5220±70 BP; 5. GrN-17433: 5055±40 BP; 6. CSIC-822: 4970±50 BP; 7. CSIC-823: 4910±50 BP; Furnas 2: 8. CSIC-775: 5270±70 BP; Furnas 1: 9. CSIC-777: 5250±70 BP; Monte da Olheira: 10. GrN-15331: 5400±40 BP; 11. GrN-15330: 5195±25 BP; Out.º de Gregos 3: 12. KN-2766: 5230±75 BP; 13. KN-2766: 5230±75 BP; Meninas 2: 14. CSIC-656: 5260±50 BP; Mina do Simão: 15. CSIC-717: 5130±90 BP; 16. CSIC-716: 5050±70 BP; 17. CSIC-715: 5010±70 BP; Out.º de Gregos 2: 18. CSIC-774: 5030±70 BP; 19. CSIC-547: 4950±50 BP; Meninas 3: 20. CSIC-776: 4960±70 BP; Chã de Santinhos 1: 21. Gif-6783: 4980±50 BP; Chã de Parada 3: 22. Gif-8289: 5070±5070±100 BP; Chã de Santinhos 2: 23. Gif-6784: 4990±50 BP; 24. Gif-6785: 4930±50 BP; Chã de Parada 1: 25. ICEN-781:4980±50 BP; 26. ICEN-979:5010±35 BP; 27. ICEN-780:4930±50 BP; 28. CSIC-953:4920±40 BP; 29. ICEN-407:4880±50 BP; 30. CSIC-954:4820±40 BP; 31. Gif-7873:4635±100 BP; 32. ICEN-173:4610±45 BP; Madorras 1: 33. CSIC-1030: 5280±40 BP; 34. GrN-21066: 4790±60 BP; 35. OxA-5199: 4540±65 BP; 36. GrA-885: 4420±40 BP; Pena Mosqueira: 37. CSIC-756: 4930±60 BP; Portela do Pau 1: 38. CSIC-1003: 5440±35 BP; Portela do Pau 2: 39. CSIC-1021: 5435±44 BP; 40. CSIC-1020: 54131±28 BP; 41. CSIC-1019: 5087±31 BP; Portela do Pau 3: 42. CSIC-1024: 5368±36 BP; 43. CSIC-1022: 5274±29 BP; 44. CSIC-1023: 5253±28 BP; Chão da Cheira: 45. ICEN-1268: 4750±50 BP; Chã da Cruz: 46. CSIC-642: 5210±50 BP; As Rozas: 47. Gak-11189: 5150±140 BP; As Pereiras: 48. Gak-11821: 4850±210 BP; Cotogrande 1: 49. GrN-17698: 5230±80 BP; 50. GrN-18420: 4940±80 BP; Cotogrande 2: 51. GrN-19374: 4875±40 BP; Dombate: 52. CSIC-891: 4910±60 BP; 53. CSIC-890: 4930±70 BP; 54. UtC-3203: 4950±70 BP; 55. CSIC-939: 4410±25 BP; 56. CSIC-940: 4450±25 BP; 57. CSIC-941: 4430±25 BP; 58. CSIC-942: 4480±25 BP; 59. CSIC-893: 4450±70 BP; 60. CSIC-963: 4380±35 BP; 61. UtC-3200: 4780±60 BP; 62. CSIC-964: 4470±30 BP; 63. CSIC-892: 4230±70 BP; 64. CSIC-948: 4200±30 BP; 65. UtC-3202: 4430±50 BP; Os Campiños 6: 66. GrN-14328: 4300±60 BP; Picoto do Vasco: 67. GrN-22443-5140±40 BP; Carapito 1: 68. OxA-3733: 5125±70 BP; 69. TO-3336: 5120±40 BP; Castenairas: 70. GrN-4924: 5060±50 BP; Seixas: 71. GrN-5734: 4900±40 BP; Lameira de Cima 1: 72. OxA-4084: 4990±80 BP; Lameira Cima 2: 73. GrN-21353: 4990±40 BP; 74. CSIC-1113: 4961±27 BP; 75. CSIC-1114: 4999±29 BP; Senhora Monte 3: 76. GrN-20791: 5130±40 BP; 77. ICEN-1200: 5100±70 BP; 78. ICEN-1201: 4990±50 BP; 79. GrN-21304: 5060±50 BP; Orca dos Padrões: 80. OxA-4484: 4960±65 BP; Antelas: 81. OxA-5498: 5070±65 BP; 82. OxA-5433: 4655±60 BP; Carapito 1: 83. Hv-s/n.º: 4590±65 BP; Castenairas: 84. GrN-4925: 4610±50 BP; Moinhos de Vento: 85. ICEN-196: 4720±40 BP.

trutivas e rituais mais elaborados. É mais um elemento do edifício que é sepulcro, mas sobretudo, centro cerimonial. Trata-se de representações não observáveis do exterior, patentes em ambiente pouco iluminado, de acesso restrito, contrapondo-se à iconografia exterior. É uma arte dos mortos e dos deuses, de simbolismo hermético, passível de “interpretação” por iniciados.

5. A espectacularidade de que o cerimonial se reveste nestas construções é visível nas dimensões, passagens que conduzem ao centro sepulcral, fachada exterior, utilização do fogo, no próprio acto de encerrar definitivamente o sepulcro.

De facto, encerrar com definitividade o edifício sepulcral é tão importante como construí-lo. Constituirá um último acto cerimonial, de um conjunto vasto de rituais. Só assim se compreende que os espaços de acesso ao dólmen, como na Orca do “Picoto do Vasco” (Vila Nova de Paiva, Viseu), tenham sido colmatados com algumas toneladas de pedra, criteriosamente disposta, seguida da regularização da superfície exterior do *tumulus*, prestando-lhe forma de calote esférica. Os acessos originais não são agora observáveis, impedindo-se, por esta forma, a entrada de intrusos.

6. Os últimos monumentos deste tipo terão sido construídos em 3700/3600 a.C. Decorre um longo período em que se reutilizam alguns destes antigos sepulcros (trata-se, verdadeiramente, de violações de espaços que foram encerrados pelas populações originais *ad aeternum*), se constroem outros, de características diversas, ainda mal conhecidos, eventualmente, também, a utilização de espaços naturais para fins funerários.

De facto, será só em meados do III milénio a.C. que teremos notícia da construção mais sistemática de novos *tumuli*, de pequenas e médias dimensões, com espaços sepulcrais também reduzidos, de carácter individualizante (no sentido de utilização mais restrita). São as pequenas câmaras funerárias, de planta rectangular e sub-rectangular, envolvidas por *tumuli* em terra, ou construídos apenas em pedra — “*cairns*” —, datáveis do Calcolítico Final e inícios da Idade do Bronze, também bem representados na Beira Alta, cuja construção se manterá, com variações, ao longo de grande parte da Idade do Bronze.

Trata-se já de um “outro” megalitismo que, cremos, tem pouco a haver com os dólmenes iniciais e as sociedades que os erigiram, ainda que os espaços geográficos sejam, muitas vezes, os mesmos.

* Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.

Em torno da cronologia do megalitismo da Serra da Aboboreira: novas datas de ¹⁴C da Mamoa de Cabras (Amarante)

Carla Stockler *

O monumento megalítico de Cabras é um monumento de reduzidas dimensões e situa-se numa zona de grandes afloramentos de granito, numa zona deprimida da chã sendo quase imperceptível no terreno.

Trata-se de um sepulcro constituído por um *tumulus* em terra recoberto por uma couraça pétreia que se encontrava pouco conservada, pouco regular e pouco imbricada, espessando na periferia.

É de sublinhar que este *tumulus* não continha no seu interior uma câmara funerária, já que apenas foi detectado um grande monólito tombado na área central do monumento, sobre uma camada de revolvimento. Este monólito não apresenta as características de um esteio “*clássico*” devido à forma invulgar que apresenta, aproximadamente losangular, e que termina no topo de uma forma cilíndrica.

Na área envolvente deste monólito, e apenas na sanja sul, foi detectada uma estrutura constituída por blocos e lajes de médias dimensões, sendo uma delas de grandes dimensões, que poderão corresponder a uma possível estrutura de contrafortagem. No entanto esta estrutura de sustentação nunca serviria para sustentar o monólito por a fossa de assentamento deste se encontrar mais desviada para oeste.

Na sanja sul foi ainda detectada na rocha de base, uma série de estruturas abertas no saibro, identificadas como buracos de poste, e uma fossa de forma subcircular, preenchida com algumas pedras no topo.

Numa quadrícula contígua à área central do monumento, escavada para tornar visível na totalidade o monólito tombado, foi detectada uma lareira sob uma estrutura pétreia — muito destruída — e assente sobre o topo da camada estratigráfica interpretada como os restos do solo antigo. Esta lareira era definida por uma

mancha de terra muito escura com carvões, de forma circular, e apresentando pedras de pequena e média dimensão no seu interior. A escavação desta permitiu retirar carvões de grandes dimensões que foram enviados para o LNETI.

Para este monumento, conseguimos seis datações de Carbono 14, três das quais provenientes de amostras retiradas dos restos de solo antigo enterrado, em pequenas quantidades e sempre na proximidade de raízes; e as restantes da lareira referida acima, sendo este último conjunto de datações o mais fiável por razões óbvias.

Quanto à datação da primeira amostra, consideramos que esta provém do topo do solo antigo, por facilmente se distinguir o limite superior desse “solo”, das terras do *tumulus*, que tinham uma coloração bastante distinta (Cf. STOCKLER & VARELA, 1995: 129). A segunda datação é ainda mais antiga por a amostra ser proveniente da mesma camada estratigráfica, mas de um nível inferior.

A terceira amostra é também ela da mesma camada estratigráfica, mas da área central, onde a violação era mais profunda e onde se verificavam mais intrusões de raízes. Além disso, é de notar que na área central o “solo” antigo enterrado não se encontrava “selado” como acontecia na quadrícula E6 de onde foram retiradas as duas amostras anteriores. A datação obtida (2466-2057 AC, 1d) é bastante mais recente do que todas as outras, correspondendo a um período dos finais do Calcolítico / inícios da Idade do Bronze. Poderá esta datação datar um momento de reutilização, ou de violação?

QUADRO IV — Datações de Carbono 14 da Mamoa de Cabras

N.º	Ref.º Laboratório	Datação BP	Calibração (AC)			Amostra		Obs.
			Intercepção	Intervalos		Tipo	Estratigrafia	
				1 d	2 d			
1	CSIC -1055	6160 ± 70	5068	5217 - 4962	5257 - 4914	mad. carb.	“solo” antigo enterrado (topo)	E6
2	CSIC - 1056	6570 ± 90	5446	5573 - 5389	5598 - 5312	<i>idem</i>	“solo” antigo enterrado	E6
3	CSIC - 1057	3850 ± 60	2289	2453 - 2197	2466 - 2057	<i>idem</i>	“solo” antigo enterrado (topo)	E5
4	ICEN - 1265	5290 ± 50	4214 - 4048 ¹	4225 - 4001	4245 - 3981	<i>idem</i>	interior de uma lareira, do topo do “solo” antigo enterrado	D6
5	ICEN - 1266	5220 ± 60	4030; 3994;	4212 - 3969	4225 - 3827	<i>idem</i>	base das pedras da lareira, do topo do solo antigo enterrado	D6
6	ICEN - 1267	5220 ± 60	4030; 3994;	4212 - 3969	4225 - 3827	<i>idem</i>	camada de terra que envolvia a lareira, do topo do “solo”	D6

As três datações calibradas, provenientes da lareira, são bastante coincidentes, ao ter em conta os intervalos de confiança obtidos quer para 1, quer para 2 sigma. Assim, as datações desta lareira poderão determinar o momento da construção, já que esta se encontrava bem conservada, o que indicia que a mesma teria sido soterrada após a sua utilização. Apesar disso, convém notar que estamos em presença de um local que teve uma ocupação anterior comprovada pelas estruturas abertas no saibro — buracos de poste e uma fossa subcircular —, e por vários fragmentos de cerâmica manual lisa, muito pequenos e incaracterísticos, de pasta alaranjada ou acizentada. No entanto, se a lareira fosse de uma época anterior à da construção do monumento, nunca se encontraria tão bem conservada já que os efeitos da erosão, seriam, decerto, devastadores.

A construção do monumento situar-se-á assim entre os finais do V e os inícios do IV milénio A.C. (ICEN-1265: 4245-3981 A.C.; ICEN-1266/67: 4225-3827 A.C.), tendo sido contemporânea de monumentos como Furnas 2, Meninas do Crasto 2 e Monte de Olheira.

¹ As intercepções que se obtêm ao calibrar a data fazendo uso da curva de Stuiver e Pearson (1993) são: 4214; 4204; 4136; 4125; 4053; 4048 cal BC.

Assim, pensamos que a datação deste pequeno monumento é de extrema importância sobretudo se a incluirmos no conjunto de datações obtidas para os monumentos megalíticos da Serra da Aboboreira.

Ao analisarmos esse conjunto de datações e seleccionando apenas as que correspondiam a amostras retiradas de: lareiras, estruturas de combustão ou topo do solo antigo², verificamos que para o período de 4350/4200 AC — 3950/3900 AC foram construídos dólmenes simples fechados e abertos (Furnas 2 e Meninas do Crasto 2) assim como pequenos sepulcros ortostáticos sob *tumulus* e com uma implantação também diferente (Monte de Olheira e, talvez, Cabras). Os dois primeiros monumentos implantam-se numa chã, destacando-se no terreno, embora Meninas de Crasto 2 se situe numa zona deprimida. Os dois últimos são monumentos que também se situam em zonas deprimidas das chãs, despercebidos na paisagem, de *tumulus* baixo e de médias dimensões.

* Câmara Municipal de Baião.

Ídolos megalíticos do Norte de Portugal

*Orlando C. F. de Sousa **

Dá-se a conhecer nesta comunicação um conjunto de peças provenientes de monumentos megalíticos do Norte de Portugal. Constituem um “grupo” que podemos apelidar de proto-estatuária. Apresenta-se uma hipótese de trabalho que poderá ajudar a definir determinados padrões de assentamento dos monumentos megalíticos.

* Instituto Português do Património Arquitectónico. Direcção Regional do Porto.

Menhires e elementos antropomorfos do megalitismo galego: algunhas reflexións

*Victoria Villoch Vázquez **

As pedrasfitas e lousas localizadas en mámoas que presentan gravuras que lhes confiren aspecto antropomorfo, son cada vez máis numerosas en Galicia, pero ata a data non foron tratadas en profundidade nin de maneira conxunta. Neste traballo abordaremos estes dous elementos pétreos correspondentes ó amplo período no que se construíron as mámoas, que sempre foron tomados con cautela na bibliografía pola súa difícil e/ou dubidosa adscripción a éste período, feito no que influía a escasez de datos ó respecto.

A documentación dun novo menhir en Bretal (Ribeira) e o xa coñecido de Gargantáns (Moraña) por unha banda, e a lousa de Os Campiños I (Rianxo) e outra atopada fai poucos anos en Marco Padrón (A Cañiza) por outra, servirán como punto de partida pra nosa análise, realizada dende a Arqueoloxía da Paisaxe.

Teremos en conta as características formais dos elementos megalíticos considerados, analizando tanto a súa morfoloxía coma os motivos decorativos. Prestaremos tamén atención á súa vinculación a monumentos tumulares, que pode vir dada pola súa pertenza ou pola súa proximidade a un deles. Finalmente analizaremos o seu emprazamento, a tódalas escalas posibles, que varían en función do grao de coñecemento de cada caso; pra elo, e isto é válido para analizar a vinculación ós monumentos, utilizaremos a metodoloxía empregada por nós noutros traballos pra caracterizar o emprazamento do fenómeno tumular en Galicia, no que dito

² Preferencialmente, seleccionamos as datações de amostras do topo do solo antigo “selado” sob o contraforte, sob un nivel de saibro, sob lareira ou estrutura de combustão, ou ainda de un nivel de carvões situado entre os restos do solo antigo enterrado e as terras do *tumulus*.

fenómeno é compreendido coma un xogo de diferentes niveis espaciais. É das tensións xeradas por ditos niveis das que derivan os factores que determinan o emprazamento e que dependen das condicións de visibilidade.

Con todo o que se pode extraer destas observacións, e valorando similitudes e diferencias entre os distintos grupos, tentaremos realizar unha aproximación a súa concepción e función.

* Grupo de Investigación en Arqueoloxía da Paisaxe. Dept.º de Historia I. Universidade de Santiago de Compostela.

Reflexões sobre a arte rupestre do Interior do país, do Douro ao Tejo

Vitor Oliveira Jorge *

O estudo da Pré-história do Interior do país é estraticamente muito importante. Primeiro, porque ultrapassa a tradicional focalización nas zonas litorais, historicamente máis habitadas e urbanizadas. Segundo, porque nos conecta com o país vizinho e com as investigacións que aí se fazem. Ora, só no quadro ibérico tem sentido producir uma Pré-história que não seja uma espécie de “antecedentes pré-portugueses” da história de Portugal” — ou seja, uma pré-história libertada da tutela dos historiadores.

Alguns dos grandes trabalhos de investigação no interior do país, no campo da Pré-história, têm sido moivados por emergências. No domínio da arte rupestre, essas emergências relacionam-se com barragens: uma no início dos anos 70, que submergiu o complexo do vale do Tejo; outra nos meados dos anos 90, que não chegou a ser construída, pois iria, por sua vez, submergir o maior complexo de arte paleolítica europeia ao ar livre, no rio Côa, afluente da margem esquerda do Douro. O rio Douro, ao norte, e o Tejo, ao sul, bali-zam geograficamente a nossa comunicação.

Se nos anos 70 surgiu em Portugal, graças à arte do Tejo, o primeiro conjunto de arqueólogos capazes de realizar estudos de qualidade no domínio da arte rupestre, e se a esse pequeno grupo se vieram com o tempo juntar mais alguns investigadores, o facto é que o país ainda não dispõe do conjunto de especialistas de que necessitaria, o que naturalmente exige décadas e a formação de discípulos. Ou seja, pelo menos alguns dos que trabalham em arte rupestre devem preocupar-se em continuar a aperfeiçoar-se com quem tem mais experiência (nomeadamente no que toca à arte paleolítica, em que naturalmente não há tradição sedimentada em Portugal) e em ensinar quem queira aprender, pois a arqueologia não é hoje, evidentemente, uma actividade individual, ou de pequenos grupos, a não ser ao nível da interpretação e da síntese. O isolamento, por melhores que sejam os “dados” que se manipulem, conduz à rotina das ideias, à perda da imaginação interpretativa.

Entre Douro e o Tejo temos, no interior do país, um conjunto riquíssimo de manifestações rupestres pré e proto-históricas — do Paleolítico à Idade do Ferro — que só fazem sentido se integradas nos seus contextos culturais e ambientais. Isso significa que as equipas de investigação devem integrar pessoas capazes de estudar também povoados, túmulos, e, de uma maneira geral, todos os “testemunhos arqueológicos” (como “estelas” ou estátuas-menires, por ex.) e ambientais (condições paleo-climáticas, recursos geológicos, pedológicos, etc.) capazes de contribuir para o conhecimento global desejado. Nesta região fronteiriça, seria ideal a constituição de equipas luso-espanholas para o estudo de uma realidade que interessa a ambos os países.

Se o Paleolítico superior e a Idade do Ferro são as fases mais representadas na arte da área do Côa, a Pré-história recente é aquela em que deve encaixar-se a maior parte da arte do Tejo. Nesse sentido, muito genericamente, os dois grandes complexos artísticos portugueses completam-se, apesar da sua especificidade própria. Ora, se começamos a saber algo de importante sobre o Calcolítico e a Idade do Bronze do Interior entre Douro e Tejo (graças aos trabalhos de vários investigadores, como Susana Oliveira Jorge, Raquel Vilaça, Domingos Cruz, Senna Martinez, António Valera, e outros), ainda estamos no começo das pesquisas sobre o Paleolítico, no vale do Côa, e também sobre a neolitização desta região do país (muito se espera, por ex., do trabalho de Sérgio Rodrigues, da FLUP, agora encetado em Freixo de Numão). Mas a grande incógnita é, de facto, a Idade do Ferro; a todos os títulos se imporia investir neste período, para a região de Portugal considerada.

Apesar de Bradley (“Rock Art and the Prehistory of Atlantic Europe. Signing the Land”, 1997) sugestivamente defender que, em geral, a arte rupestre tende a desaparecer quando se estabelece um sistema de

agricultura plenamente agrícola e uma rede de povoados permanentes, e, concomitantemente, com o decréscimo da mobilidade, surge uma forma completamente nova de encarar o mundo, quer-nos parecer que a realidade é mais complexa. A “sinalização da paisagem” que a arte rupestre promove, do Paleolítico à Idade do Ferro, deve ser imensamente variada nas suas “motivações”. Que uma certa “domesticação da paisagem” começou muito antes do neolítico, já o sabemos, graças aos painéis do Côa e do Douro. Mas a arte rupestre pode ter sido, em vários momentos, uma maneira de estabelecer, de marcar, as relações entre o espaço mais directamente ocupado, conhecido, doméstico (casas, campos lavrados, zonas de pasto próximas) e o espaço “selvagem” (zonas de pastos mais longínquas; áreas de contacto — a todos os níveis — inter-grupais), etc., etc.

É óbvio que, por motivos diversos, estamos no começo da pesquisa. É preciso percorrer um longo caminho até poder integrar melhor a arte rupestre do interior-centro do país nos seus possíveis contextos culturais e, ao mesmo tempo, tentar abrir o leque das possibilidades interpretativas que ela nos oferece. Um cada vez maior interesse dos investigadores portugueses por esta ampla área, longamente esquecida, de Portugal, e uma maior atenção internacional despertada pela descoberta do Côa e pelos trabalhos que daí forem emergindo permitem algum optimismo. A referida atenção de investigadores estrangeiros poderá ser potenciada pela realização do Congresso Internacional de Arte Rupestre de 1998, na UTAD.

* Faculdade de Letras. Universidade do Porto.

Arte rupestre en Extremadura: últimas investigaciones

*Hipólito Collado Giraldo **, *Milagros Fernández Algaba ***

*Diana Pozuelo Lorenzo ***, *Montserrat Girón Abumalham ***

Desde hace cuatro años, un equipo de investigación coordinado por D. Hipólito Collado Giraldo y con el patrocinio de la Dirección General de Patrimonio Cultural, se encuentra trabajando en la documentación y puesta en valor del arte rupestre de la Comunidad Autónoma de Extremadura.

Esta tarea se ha centrado hasta el momento en dos aspectos fundamentales:

1. Ampliar el número de yacimientos conocidos de arte rupestre del Paleolítico Superior, además de reestudiar y poner en valor los yacimientos existentes.

2. Completar la Carta Arqueológica de las estaciones con arte rupestre esquemático en Extremadura.

Respecto al primer apartado, se procedió al reestudio, con aplicación de novedosas técnicas de documentación (tratamiento digitalizado de las imágenes) de la cueva de Maltravieso, hasta entonces el único yacimiento de cronología superpaleolítica conocido en Extremadura. Los resultados han sido espectaculares, habiéndose descubierto más de cincuenta nuevas representaciones en el interior de la cavidad. Además han sido localizadas dos nuevas estaciones con arte rupestre del Paleolítico Superior: la Cueva de la Mina de Ibor y un abrigo al aire libre, la Pisá del Toro, ambos con numerosas figuras de animales de caracteres naturalistas representados mediante la técnica del grabado.

El segundo apartado, se ha centrado en el arte rupestre de cronología postpaleolítica, fundamentalmente en la pintura rupestre esquemática. La prospección intensiva en la zona centro-occidental de la provincia de Badajoz, ha dado como resultado la localización de más de cincuenta y cinco abrigos inéditos, debiendo destacar por la calidad y cantidad de representaciones los conjuntos de Oliva de Mérida, Hornachos, Arroyo de San Serván y Alburquerque.

El estudio de estos conjuntos ha permitido definir nuevos marcos interpretativos para la pintura rupestre esquemática extremeña, que quedaría integrada en un espacio cronológico comprendido entre la transición del IV al III milenio a.C. en sus etapas iniciales, hasta finalizar en los siglos VIII-VII a. C.

Mérida, 24 de Julio de 1997

* Dirección General de Patrimonio. Junta de Extremadura.

** Estudiante. Universidad Complutense. Madrid.



Fig. 1 — Representación de mano pintada de la Cueva de Maltravieso (Cáceres).

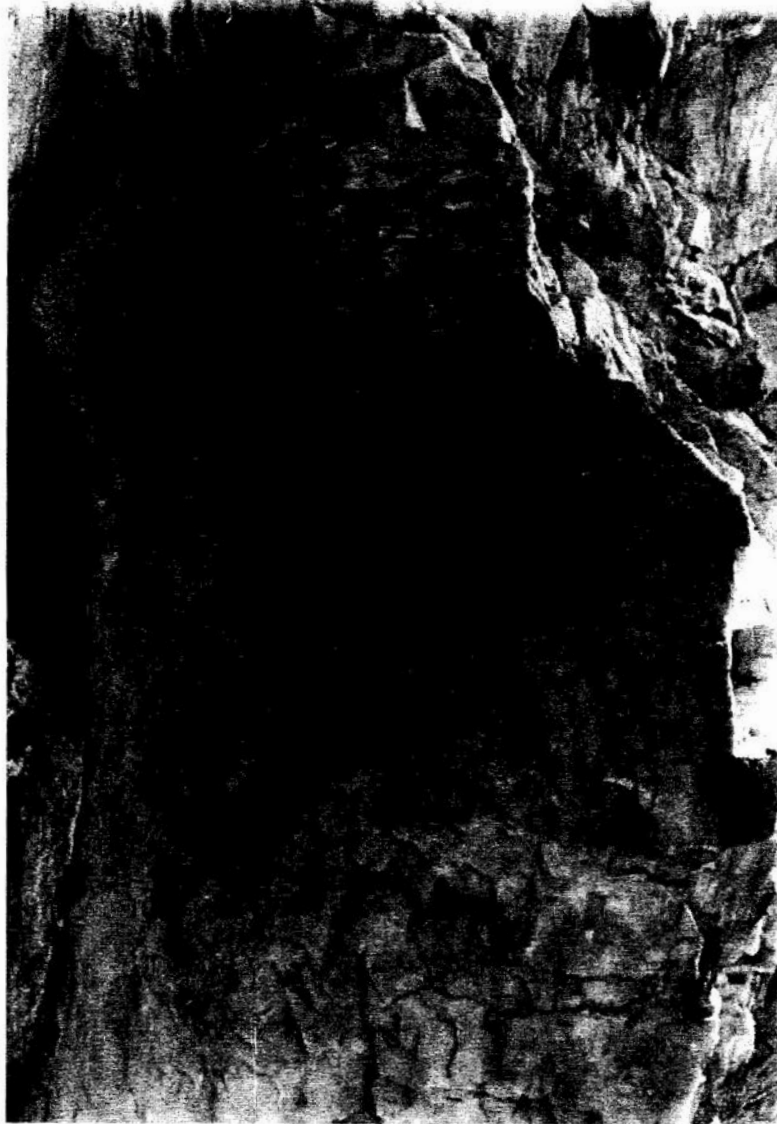


Fig. 2 — Panel com pintura esquemática de Sierrapino (Homachos, Badajoz). Cuevas I. Painel B.

Un desafío: preservar la pintura megalítica

*Fernando Carrera Ramírez **

Hasta hace poco tiempo, los estudios sobre pintura megalítica se limitaban a trabajos antiguos y monumentos excavados hace largo tiempo. En los últimos años, sin embargo, nuevos hallazgos y más precisos estudios han ido modificando y ampliando el conocimiento que se tenía de esa forma de expresión prehistórica.

La multiplicación de los hallazgos ha obligado a replantear la original extensión de las expresiones pintadas en el mundo megalítico, proponiéndose ahora que se trataría de una técnica mucho más utilizada de lo inicialmente pensado. Esa idea lleva a replantear antiguas afirmaciones y, sobre todo, revisar los estudios sobre el arte megalítico de muchos dólmenes conocidos de antiguo.

Dejando a un lado la propia investigación arqueológica (cronología, interpretación, distribución, etc.) estos hallazgos plantean un reto no insignificante: garantizar la preservación de unos elementos con una fuerte carga estética y simbólica, pero que al tiempo son muy sensibles a la degradación.

En efecto, y aunque las condiciones de conservación habrán sido muy variables dependiendo de cada monumento, sí parece haber coincidencia en que la debilidad interna del material (técnica pictórica) facilita la acción de diversos agentes de alteración.

Si era escaso el conocimiento de pintura megalítica, es lógica la práctica inexistencia de trabajos sobre métodos de conservación de ésta, lo que debe preocuparnos.

Por todo lo anterior, hemos planteado un proyecto de investigación sobre pintura megalítica que abarca los siguientes aspectos:

1. — Investigación y puesta en práctica de sistemas más sutiles para la identificación y documentación de pintura megalítica.
2. — Investigación y puesta en práctica de sistemas de consolidación (tratamientos directos de conservación) de la pintura megalítica.
3. — Investigación y puesta en práctica de sistemas de conservación preventiva (tratamientos indirectos) de la pintura megalítica.
4. — Investigación y puesta en práctica de sistemas de conservación de yacimientos megalíticos, como medio para conseguir algunos de los objetivos anteriores.

Como se verá, algunas de las propuestas son muy simples, mientras otras son extremadamente complejas. En todo caso, el elemento primordial en esta propuesta es el estudio pormenorizado de los componentes de la pintura y su técnica de ejecución, lo que en la mayoría de los casos no se ha hecho. Cuando se ha investigado en esa línea, no sólo se han aportado datos culturales sino que, sobre todo, hemos podido decir los procesos de alteración acaecidos y las medidas a adoptar para conservar las pinturas.

* Escola Superior de Conservación e Restauración de Bens Culturáis de Galicia, Pontevedra.

Los asentamientos humanos en las fases iniciales de la Edad del Cobre en la Provincia de Málaga (España)

*José Enrique Márquez Romero **

Luis-Efrén Fernández Rodríguez

El presente trabajo ofrece una aproximación a los patrones de asentamiento propios de la Edad del Cobre en su fase Precampaniforme en la provincia de Málaga (España). En esta fase inicial, y a diferencia de lo que supondrán los hábitats humanos de los momentos finales del Calcolítico, en general mucho más homogéneos y con estructuras más estables, se observa la convivencia significativa de ocupaciones prolongadas en cuevas naturales y la proliferación de asentamientos al aire libre con morfología variada y en ocasiones complejas. Este modelo innovador sustituye al propiamente Neolítico, desarrollándose dentro de un

proceso caracterizado por transformaciones económicas, sociales y simbólicas más profundas entre las que cabe destacar por ejemplo la generalización de los enterramientos colectivos.

La documentación arqueológica de estos asentamientos, en su mayoría semisubterráneos y sin restos en superficie, fue posible inicialmente gracias a las distintas actuaciones comprendidas dentro de los planes de investigación del Departamento de Prehistoria de la Universidad de Málaga, y se han ido enriqueciendo también gracias a los resultados obtenidos en las excavaciones realizadas, con carácter previo a la construcción de nuevas infraestructuras viarias ejecutadas en los últimos años en la nuestra provincia.

Cronológicamente la Edad del Cobre Antiguo o Precampaniforme, fase en la que se produjo este cambio en los patrones de asentamiento, pudo haberse originado en la primera mitad del III milenio a. C., aunque para esta afirmación solo contamos en nuestra provincia con las fechas absolutas obtenidas en la Cueva de Nerja, donde se fecha una muestra en el 2860 +/-120 (GAK-8960), en un nivel correspondiente a los momentos finales del Neolítico y en la base del túmulo del sepulcro de Viera donde se obtuvo otra del 2.600 +/- 140 (Grn - 16067).

Como ya hemos adelantado los asentamientos humanos de esta época continúan arraigados en ocupaciones cavernícolas, sin una diferenciación en la organización interna del espacio distinta a la conocida en el Neolítico, al menos a esa suposición nos lleva la prolongada ocupación humana de cuevas como las de Nerja, Cueva del Toro (Antequera) o Cueva de las Palomas (Teba).

Pero frente a aquellas se desarrollarán los asentamientos humanos al aire libre, en la mayoría de ocasiones con escaso relleno arqueológico y culturalmente monofásicos. Las estructuras que presentan pueden responder a simples fondos de cabaña sin estructura constructiva estable alguna como ocurre en yacimientos como Alcaide (Antequera), Tragalamocha (Nerja) Cerro Coronado y Cerro Cabello (Málaga-Capital), o bien a estructuras silifórmes, semisubterráneas y excavadas sobre el fondo rocoso que configuran conjuntos amplios y bastante complejos siendo el caso, por ejemplo, del Cerro de Marimacho y Huerta Mancera (Antequera), del casco urbano de Alameda, Lomo del Espartal (Marbella) o Morro de Mezquitilla.

Por último se ha documentado en varios yacimientos pequeñas estructuras siliformes posiblemente destinadas a algún tipo de almacenamiento y que debieron estar relacionadas con asentamientos similares a los descritos, tal es el caso de Rodahuevos (Campillos) o Cortijo de San Miguel (Ardales).

* Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Málaga.

O povoado calcolítico de Cabeço da Malhoeira (Benquerença, Penamacor)

*Ana Cristina C. F. B. de Oliveira **

O povoado do Cabeço da Malhoeira localiza-se na periferia ocidental da freguesia de Benquerença, concelho de Penamacor, distrito de Castelo Branco. Ocupando o topo do cabeço que lhe confere a designação, com uma cota absoluta de 474 m, é definido pelas coordenadas centrais (UTM) 29 TPE 4792554950 da folha 236, da Carta Militar de Portugal, à escala 1:25000.

Identificado no decurso de prospecções realizadas em 1990, o povoado do Cabeço da Malhoeira foi posteriormente enquadrado no projecto de investigação *O Povoamento no Neolítico/Calcolítico na região do curso médio da Ribeira da Meimoa nos IV e III Milénios a.C.*, que a autora apresentou ao IPPAR. A primeira intervenção arqueológica no local ocorreu em 1992. Inéditos até ao momento, pretende-se, com este trabalho, fazer uma síntese dos resultados obtidos nas três primeiras campanhas de escavação.

A 1.^a campanha correspondeu à realização de sondagens prospectivas em dois pontos distintos no topo do cabeço. Os resultados obtidos — detecção de estruturas, reconhecimento de uma estratigrafia horizontal com características bem diversas e a recolha de significativo material arqueológico lítico e cerâmico — justificou uma 2.^a campanha de trabalhos. Esta correspondeu ao início de um programa de alargamento em área dos pontos anteriormente sondados. Confirmou-se o carácter habitacional do contexto de proveniência dos

materiais de superfície. As estruturas postas a descoberto numa área de 84 m² — até final da 3.^a campanha — são de tipos diversos em associação com um espólio arqueológico igualmente diversificado no conjunto dos materiais líticos e cerâmicos. Ausentes estão quaisquer materiais metálicos e vestígios da prática metalúrgica. O tipo de materiais encontrados permite-nos, de uma forma genérica, aproximar este povoado de outros povoados calcolíticos localizados no Norte do país, com os quais apresenta afinidades tipológicas no universo dos materiais exumados. A fase em que se encontra o estudo do espólio, sobretudo do cerâmico, não nos permite ainda, contudo, apresentar quadros tipológicos.

Em face dos resultados é possível assegurar tratar-se de um povoado calcolítico, cuja estratigrafia vertical simples e o estado de conservação das estruturas, são indicativo de uma única fase de ocupação, a qual hesitamos em definir como inicial ou plena face ao desconhecimento em que ainda se encontra este período da pré-história a nível regional.

* Museu Municipal de Loures.

Castelo Velho de Freixo de Numão (V.^a N.^a de Foz Côa): hipóteses interpretativas

*Susana Oliveira Jorge **

Castelo Velho de Freixo de Numão (V.^a N.^a de Foz Côa) é um lugar monumentalizado concebido nos começos do III.^o milénio A.C., e mantido, segundo o mesmo plano arquitectónico, até cerca de meados do II.^o milénio A.C.

É constituído por um pequeno recinto superior, de planta subelíptica, delimitado por uma muralha de xisto. No interior deste recinto sobressai a base duma grande torre central subcircular, rodeada, a espaços regulares, por quatro estruturas de pequena dimensão.

O recinto encontra-se envolvido, à excepção do lado norte, por um dispositivo de muretes e plataformas em pedra e terra argilosa, que, no seu conjunto, definem patamares que socalmam toda a vertente sul.

Em diversos pontos deste sítio arqueológico foram identificados contextos de provável âmbito ritual, tendo sido recentemente descoberta uma estrutura pétreia que continha um enterramento humano.

Nesta comunicação pretende-se contribuir para a reinterpretação da função global de Castelo Velho, no quadro dum debate sobre o processo de monumentalização de lugares durante o III.^o e II.^o milénios A.C. na Península Ibérica.

* Faculdade de Letras. Universidade do Porto.

Dois estruturas habitacionais da Idade do Bronze do Monte de São Domingos (Castelo Branco)

*João Luís Cardoso *, João Carlos Caninas **, Francisco Henriques ***

As estruturas circulares do Monte de São Domingos distam entre si cerca de 18 m, segundo um alinhamento Este-Oeste. Designou-se por Estrutura 1 o monumento que foi escavado em primeiro lugar; a Estrutura 2, de maiores dimensões, encontra-se a cota superior, em cerca de 1 m. Ambas se implantam em encosta suave, com ligeiro pendor para SE, a qual se encontra delimitada no sopé por linha de água temporária. A área é utilizada na actualidade como pastagem, com cobertura pouco densa de azinheiras.

A Estrutura 1 corresponde a construção de planta circular com 3,5 m de diâmetro externo, sendo definida por pequenas lajes de xisto e de grauvaque, como se de ortóstatos se tratasse, suportados exteriormente por blocos e lajes, de maiores dimensões, dispostos predominantemente de cutelo, de modo a assegurarem a

estabilidade. No interior do recinto assim definido e sobre o seu chão primitivo, em saibro pisado, recolheu-se uma grande taça de carena alta, além de fragmentos de dois outros recipientes característicos da Idade do Bronze. Foi ainda reconhecida localmente a prática do fogo, que endureceu e conferiu tonalidade avermelhada ao solo. Observou-se solução de descontinuidade no referido muro, correspondente a entrada, voltada para SE.

A Estrutura 2, com o diâmetro externo de 5,5 m, é definida por muro espesso, constituído por paramento interno de ortóstatos de grauvaque muito regulares, dispostos verticalmente, sendo a estabilidade do muro assegurada, do lado externo, por uma dupla coroa de sustentação, também constituídas por lajes de grauvaque, postas de cutelo as do alinhamento mais externo. O enchimento interno do muro assim definido é constituído por elementos de pequenas e médias dimensões, pouco consolidadas entre si.

Tal como a Estrutura 1, também esta possuía entrada voltada para SE. O seu interior era constituído por pavimento regular de saibro pisado, no qual se identificaram três estruturas pétreas. A que ocupa a zona central, corresponde à fixação de um poste de madeira, indício de que a estrutura possuía cobertura, de materiais perecíveis. Duas outras acumulações pétreas cobriam recipientes cerâmicos. Uma, depois de removida, deixou a descoberto grande urna, da Idade do Bronze, no interior da qual se recolheram ossos humanos calcinados, de mistura com taça carenada que talvez cobrisse primitivamente a urna. Trata-se, claramente, de uma sepultura de incineração realizada no subsolo do pavimento. A outra acumulação de blocos de quartzo, de contorno aproximadamente quadrangular, cobria recipiente em muito mau estado, de forma indeterminável.

É ainda cedo para apresentarmos conclusões definitivas sobre o significado destas duas estruturas. Crê-se, no estado actual dos conhecimentos, que podem considerar-se como duas cabanas, do Bronze Final, no subsolo de uma das quais — a de maiores dimensões — se efectuou, pelo menos, uma sepultura de incineração.

*Academia Portuguesa de História. Associação de Estudos do Alto Tejo.

** Associação de Estudos do Alto Tejo.

Poblamiento y circulación metálica en la Beira Interior y Extremadura durante el Bronce Final y la transición a la Edad del Hierro

*Ana M. Martín Bravo **

*Eduardo Galán **

A ambos os lados de la actual frontera política entre España y Portugal se desarrollaron durante los momentos finales de la Edad del Bronce comportamientos similares en cuanto a modelos de ocupación del territorio y formas de vida, caracterizadas por su movilidad e invisibilidad arqueológica. Este poblamiento, bastante conocido ahora en la parte portuguesa, gracias a los trabajos de Raquel Vilaça, apenas se conocía en la vertiente española, aunque nuestros trabajos en curso nos permiten realizar ya una caracterización preliminar parangonable con aquella.

En estos momentos, la metalurgia de tipología atlántica crea un nexo de unión entre la Beira y Extremadura, de una forma más clara que en otras zonas vecinas. Los mismos tipos y similares características tecnológicas parecen indicar contactos amplios y reiterados entre ambas regiones. De nuevo, en este campo, nuevos hallazgos y recientes análisis metalográficos confirman estas relaciones.

Sin embargo, tras el Bronce Final y con el auge de las rutas interiores potenciadas por los tartesios a partir del siglo VIII a.C., Extremadura volcará sus relaciones hacia el Suroeste, debilitándose los vínculos con el mundo portugués, y con ello sus semejanzas.

Por todo ello, este área se configura como un ámbito de estudio muy prometedor hacia el futuro, y como campo de cooperación entre especialistas de ambos países.

* Universidad Complutense de Madrid.

Produção, consumo e circulação de bens no Bronze Final na Beira Interior

*Raquel Vilaça **

Partindo dos dados arqueológicos conhecidos e atribuindo ao conceito de “bens” um sentido lato (bens materiais no sentido arqueológico do termo, mas incluindo também outros “bens”, como a “informação” e as “mulheres”), a autora começa por analisar os contextos de produção e de consumo de bens materiais, nomeadamente do bronze e das cerâmicas, nas suas dimensões técnica e social. São depois discutidos a organização e escala da produção, as forças produtivas e as relações sociais de produção. Conclui-se, finalmente, que a circulação e troca de bens tem de ser encarada, para a época e região, a diferentes níveis, consoante a sua natureza e origem e com a intervenção de distintos agentes sociais.

* Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.

Comunicações inscritas cujo resumo não foi recebido:

“Neolitização e Megalitismo na Plataforma do Mondego”, por João Carlos de Senna Martinez (Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa).

“Um novo dólmen pintado e gravado da bacia do médio Vouga — o dólmen do Juncal. Notícia preliminar”, por Fernando Pereira da Silva, (Universidade Católica, Centro Regional de Viseu).

“A arte rupestre na Beira Interior: Vale da Vermelha”, por Mila Simões de Abreu (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) e Ludwing Jaffe.

“Vale da Vermelha: técnicas de levantamento — uma experiência piloto”, por Ludwing Jaffe e Mila Simões de Abreu

(Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro).

ROTEIRO DA VISITA DE ESTUDO

Arquinha da Moura

Lajeosa do Dão, Tondela

A Anta da Arquinha da Moura é um monumento megalítico, em vias de classificação como Imóvel de Interesse Público, situado na freguesia da Lajeosa do Dão, concelho de Tondela.

Manteve-se inédito até princípios de 1990, embora alguns elementos da população local, nomeadamente caçadores, conhecessem a sua localização e, eventualmente, o tivessem utilizado como abrigo, do que é prova evidente a existência de restos de fogueiras no seu interior e a abundante fuligem nos esteios, que destruiu parte das pinturas.

As escavações efectuadas entre 1991 e 1993 tiveram como finalidade o seu estudo e recuperação e posterior aproveitamento como pólo de interesse turístico/cultural.

Os primeiros trabalhos realizados em 1991 permitiram verificar que o monumento se encontrava em muito bom estado de conservação, tendo apenas sido violado pela zona do corredor, provocando a sua destruição parcial.

Esta violação deve ter ocorrido há muito tempo, uma vez que o corredor se apresentava completamente obstruído pelos sedimentos, não sendo visível, mesmo depois da limpeza da vegetação superficial, a sua localização.

A arquitectura do monumento é relativamente simples. O *tumulus*, de forma elíptica, mede cerca de 25 m no sentido E/W e 20 m no sentido N/S. Não tem carapaça pétreia. A sua altura total, até ao cimo da laje de cobertura, é de 3 m.

A câmara, de forma poligonal, é constituída por sete esteios de granito de grão grosseiro a médio e laje de cobertura, fracturada na extremidade E, pela queda de um pinheiro. O corredor, de tamanho médio, é formado por cinco esteios de cada lado, faltando-lhe o segundo do lado N, em consequência das violações a que foi sujeito. Das lajes de cobertura do corredor só uma se encontrava mais ou menos *in situ*. Outras duas foram recuperadas durante a escavação. A entrada da câmara era ladeada por dois pilares, dos quais só se mantém o do lado norte.

Tanto a câmara como o corredor, bem diferenciados em planta e alçado, estão rodeados por um potente contraforte em pedras de tamanho médio.

A importância deste monumento deve-se ao facto não só das suas características tipológicas o integrarem num grupo de monumentos bem representado na região da Beira Alta, mas principalmente pela existência de pinturas, ainda em razoável estado de conservação, em dois esteios da câmara, e pela abundância de espólio recolhido durante as escavações, incluindo ossadas.

Este espólio é constituído, no seu conjunto, por grandes lâminas em sílex, cerca de trezentos geométricos (na sua grande maioria trapézios de tipologia variada), cerca de quatrocentas pontas de seta (também de tipologia variada), cerca de oitenta utensílios de pedra polida (a maioria dos quais machados), três ou quatro foices em sílex, dezena e meia de vasos inteiros, dos quais só um tem decoração, centenas de fragmentos de cerâmica lisa e alguma decorada, numerosas contas de colar, a maioria das quais em variscite, havendo, no entanto, cerca de meia dúzia em azeviche, cerca de duas dúzias em xisto e uma em osso, um pendente triangular com perfuração perto da base menor, uma peça em variscite em forma de calote elíptica com cerca de 1,5 cm de eixo maior, com perfuração em cada extremidade.

Estela-menir da Caparrosa

Caparrosa, Tondela

A estela-menir de Caparrosa, ou “Marco de Anta”, como é designado localmente, situa-se junto à estrada nacional n.º 228, no seu lado esquerdo, um pouco antes do cruzamento com a estrada municipal que conduz a Fornelo do Monte. É marco divisório dos concelhos de Tondela e Viseu e das freguesias de Vila Boa e Caparrosa.

Trata-se de um monólito, em granito, com forma subparalelepípedica, de superfícies afeixoadas e arestas boleadas, ligeiramente arredondado na extremidade, medindo cerca de 2,80 m de altura acima do nível do solo.

A peça foi implantada em fossa aberta do substrato granítico, atingindo mais de 0,50 m de profundidade, preenchida com pedras de granito e blocos de quartzo, de pequenas dimensões; junto à estela, orientado segundo a direcção noroeste-sudeste, desenvolve-se um alinhamento de monólitos, os maiores dos quais atingem c. de 1,20 m de altura acima do solo, que poderão ter integrado um “alinhamento intencional ou (...) restos de um recinto” (M. V. Gomes, 1993, p. 9).

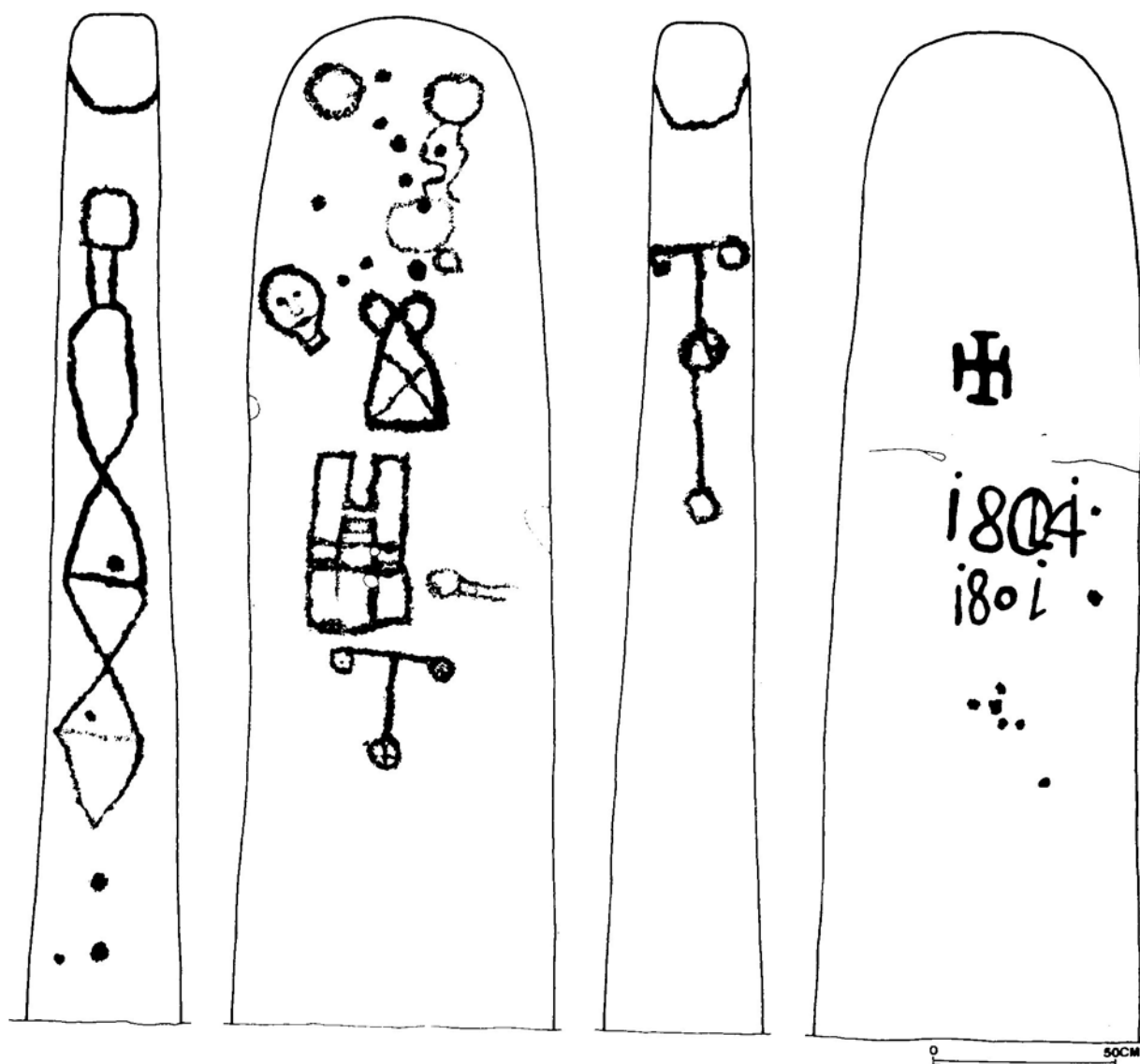


Fig. 1 — Levantamento das gravuras (seg. M. V. Gomes, 1993).

As quatro faces da estela, como também o topo, apresentam gravuras, obtidas por percussão de artefactos líticos e metálicos.

A face mais decorada é a voltada a sul. Distinguem-se, na área distal, dois círculos, associados a duas linhas serpentiformes, e um pouco abaixo, uma oval; nesta área observam-se ainda dez covinhas, algumas das quais dispostas em linha; na área mesial identifica-se uma figura triangular, com o interior contendo duas linhas oblíquas cruzadas, a cujo vértice se juntam dois pequenos círculos, um de cada lado, lembrando certo tipo de “escutiformes”; à esquerda desta figura distingue-se uma representação de cabeça humana; próximo do centro da área mesial, uma composição sub-rectangular, medindo 0,50 m de altura e 0,30 m de largura, identificável com os motivos que na arte megalítica são designados “escutiformes”; por fim, ao centro da área proximal, observa-se a letra “T”, inicial de Tondela, concelho para onde está voltada.

A face norte mostra sobretudo motivos históricos: uma cruz de Cristo, duas datas (1804 e 1801); de idade mais antiga serão as covinhas, duas das quais dispostas à direita das datas e, na área proximal, um agrupamento de cinco e uma outra isolada.

Na face lateral esquerda, voltada a poente, observa-se uma cadeia de losangos, ou fusiformes, encimados por uma representação subcircular, que se liga àquela por duas linhas verticais.

Na face oposta identifica-se a letra “T”, relacionável com a inicial de “Tondela”; ao nível da parte superior, uma linha que, tal como acontecia na face oposta, define o topo do monólito.

No centro do topo do monólito reconhecem-se cinco pequenas covinhas, dispostas em ziguezague, e uma outra, isolada.

A estela-menir da Caparriosa terá funcionado, ao longo do tempo, como autêntico *monumento*, ordenador do espaço; datará de um momento do Neolítico, a que se podem atribuir os escutiformes e a cadeia de losangos, mantendo-se em funções em períodos subsequentes, com a gravação de círculos, ovais e covinhas; a representação da face humana poderá remontar à Idade do Ferro; o monumento foi ainda utilizado como marco em idade histórica, de que são prova a cruz de Cristo, as letras T e as duas datas.

(texto elaborado com base no trabalho de Mário Varela Gomes, “O Marco de Anta ou Estela-menir de Caparrosa (Tondela — Viseu)”, *Estudos Pré-históricos*, I, Viseu, 1993, pp. 7-27).

Pedra Escrita de Serrazes

Serrazes, S. Pedro do Sul

A Pedra Escrita de Serrazes é uma estação de arte rupestre classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1946.

Encontra-se situada no Pinhal da Pedra Escrita, freguesia de Serrazes, concelho de S. Pedro do Sul, distrito de Viseu.

Trata-se de um monólito em granito de grão fino, de forma troncocónica, com a parte superior arredondada. A face anterior, virada a este, é subvertical e plana e foi obtida através do seccionamento da rocha por um plano de talhe desde a parte superior até à base. A face posterior, virada a oeste, é convexa.

A face anterior foi previamente alisada por abrasão, para receber as gravuras, cujos temas principais são os círculos concêntricos, as linhas horizontais e verticais e os reticulados que, no seu conjunto, formam uma composição ordenada. Embora actualmente nos escape o seu significado original, que se foi perdendo ao longo dos tempos, para o(s) seu(s) artifice(s) e para as populações da época, este seria certamente compreensível, estando relacionado com as suas crenças religiosas.

Em princípio, consideramos que os locais com arte rupestre pré-histórica seriam lugares de culto.

É interessante constatar que alguns habitantes da região ainda chamam à Pedra Escrita de Serrazes a “Pedra do Sol”.

Apesar de os temas insculpidos nesta rocha (círculos concêntricos, linhas e reticulados) serem bastante frequentes na arte rupestre da pré-história recente, é muito rara a sua associação nos moldes em que aparece na Pedra Escrita. No entanto, julgamos ser concensual a sua inclusão cronológica na Idade do Bronze.

Em Portugal só conhecemos um exemplar semelhante. Trata-se da “Pedra Partida” de Ardegães, Águas Santas que, desde 1961, pertence à colecção do Museu de História Natural/Antropologia, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (para onde foi removida), encontrando-se exposta no átrio da referida Faculdade.

A. L. Cunha

Dólmen de Antelas

Pinheiro de Lafões, Oliveira de Frades.

O Dólmen de Antelas situa-se na freguesia de Pinheiro de Lafões, concelho de Oliveira de Frades, distrito de Viseu. É monumento nacional (1990). Foi alvo, de 1993 a 1995, de trabalhos de escavação arqueológica, consolidação e restauro, no âmbito de um projecto promovido pelo Instituto Português do Património Arqueológico e Arquitectónico, Câmara Municipal de Oliveira de Frades e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O dólmen é constituído por uma câmara funerária, definida por oito esteios, de granito, com cerca de 2,5 m de altura, e um corredor ortostático, diferenciado da câmara, em altura e em planta, abrindo-se aproximadamente a nascente. Envolvendo a construção propriamente megalítica desenvolvia-se um contraforte, construído com lajes de dimensões médias, ao qual se adossava uma mamoa de terra, superficialmente protegida por pedras.

Estas estruturas interrompiam-se a nascente, formando, por um lado, um passagem estreita, não coberta — corredor intratumular —, resultante do prolongamento do contraforte para esta área do monumento, e um espaço de circulação e acesso — átrio —, de planta ovalada, perifericamente delimitada por uma cintura de pedras.

A larga divulgação do dólmen de Antelas entre um público especializado é resultado, sobretudo, das pinturas que ostenta na superfície dos seus esteios, a vermelho e a preto, por vezes associadas a gravuras. As pinturas encontravam-se enterradas, tendo sido expostas pela primeira vez em 1956 através de escavações arqueológicas desenvolvidas por L. Albuquerque e Castro, O. da Veiga Ferreira e A. Viana, sendo logo depois soterradas, o que permitiu a sua conservação.

Os recentes trabalhos arqueológicos, seguidos de medidas de protecção, permitiram a sua observação e a realização de novos estudos, nomeadamente o levantamento das pinturas e gravuras, análise química dos pigmentos, etc.



Fig. 1 — Pedra Escrita de Serrazes. Foto de D. J. Cruz.

Neste âmbito destaca-se a datação pelo processo de Carbono 14 de material orgânico (madeira carbonizada) contido no “pigmento” preto das pinturas, permitindo situá-las entre 3625 e 3140 cal. AC. A construção do dólmen terá ocorrido um pouco antes, algures (ou mesmo com posterioridade), entre 4000 e 3700 a.C., como parecem indicar outras cinco datações de amostras de madeira carbonizada recolhidas nos sedimentos existentes no átrio, enquadrando-se, genericamente, no período de apogeu do megalitismo na Beira Alta.



Fig. 1 — Aspecto da câmara do Dólmen de Antelas. Pinturas da laje de cabeceira.

As pinturas e, secundariamente, as gravuras de Antelas distribuem-se por cada um dos esteios da câmara funerária, funcionando como autênticos painéis. Estão ausentes do corredor. Trata-se de uma arte à base de figurações geométricas e esquemáticas, por vezes em composição, inserta num espaço fechado, não iluminado, reservado. É uma iconografia de carácter enigmático, acessível a apenas alguns membros da comunidade, passível de múltiplas “leituras”, de acordo com as circunstâncias de cada momento.

O dólmen de Antelas, guardião de relíquias, centro cerimonial aglutinador dos esforços e interesses da sociedade — tal como a generalidade dos monumentos megalíticos, particularmente os de grandes dimensões —, constitui-se como um autêntico sepulcro-templo. Neste contexto destacam-se os espaços exteriores, sobretudo o átrio, constituindo-se como o centro das cerimónias funerário-religiosas que decorreriam no exterior do dólmen propriamente dito. De facto, para além da monumentalidade desta parte do monumento, aqui se recolheram, *in situ*, objectos líticos — lâminas de sílex —, correspondendo a oferendas ou depósitos com sentido votivo.

O próprio encerramento do sepulcro é também motivo de grandes cuidados, com a implantação de uma

estrutura de terra e pedras nos espaços que permitiam o acesso ao dólmen — estrutura de condenação —, associada à deposição de objectos — pequeno vaso, machado de pedra polida —, colmatando-o completamente, regularizando-se também nesta área fronteira do monumento, a superfície externa do tumulus, prestando-lhe a forma de calote esférica. Tratar-se-á de uma última e simbólica cerimónia, selando-o para a Posteridade!

Antelas integra-se neste contexto. O “edifício” megalítico, centro cerimonial, implicando a participação de “oficiantes” e da totalidade da comunidade a que estava ligado, apontará no sentido de sociedades com um comportamento formalizado, centradas no culto dos mortos e dos ancestrais, certamente orientadas por princípios de ordem “religiosa”.

O projecto que enformou os trabalhos arqueológicos será concluído brevemente, com o arranjo da área exterior, no qual se prevêem espaços de circulação e de descanso, painéis explicativos, etc.

D. J. Cruz

Dólmen do Paranho d'Arca

Arca, Oliveira de Frades

Dólmen, localmente conhecido por “Pedra dos Mouros”, “Arca” ou “Dólmen do Espírito Santo d'Arca”. Situa-se na freguesia de Arca, no lado esquerdo da estrada que liga Águeda ao Caramulo, a cerca de 1 km.

Integrar-se-ia originalmente num núcleo de três monumentos, um dos quais está hoje completamente destruído.

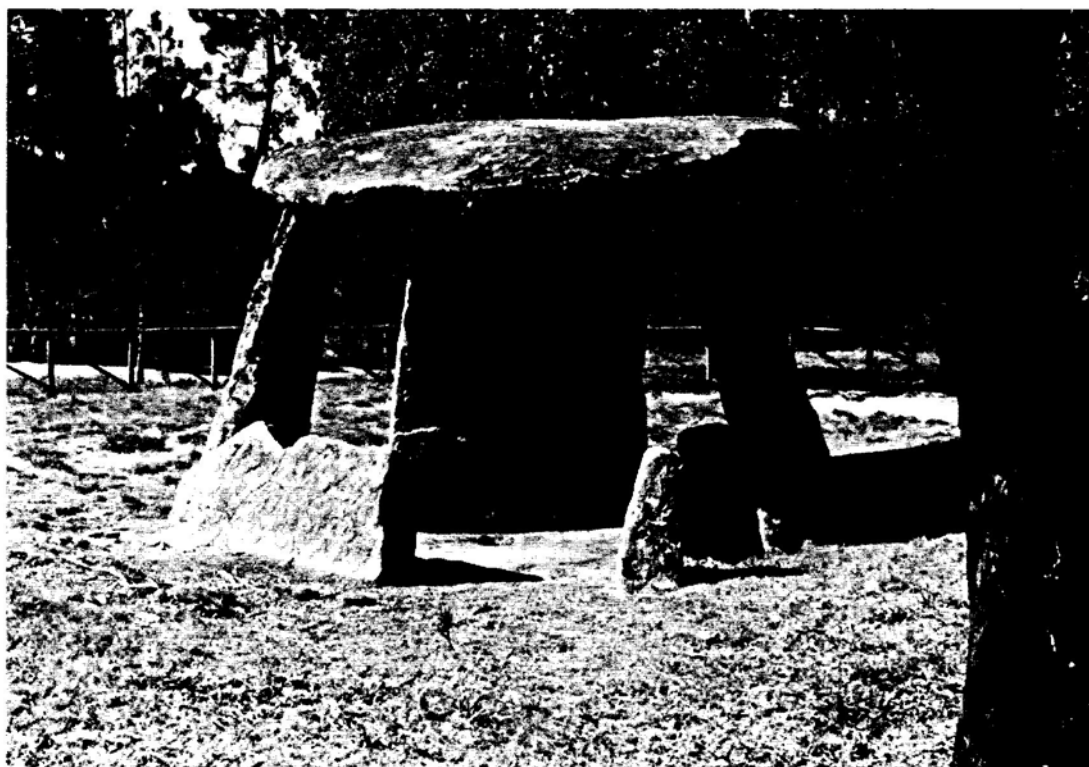


Fig. 1 — Dólmen do Paranho de Arca..

Trata-se de um dólmen de grandes dimensões, muito provavelmente com corredor de acesso, de que se conservam sobretudo os esteios da câmara. Os vestígios do *tumulus* são já reduzidos. A laje de cobertura, bem como um dos esteios da câmara, do lado norte, apresenta gravuras rupestres do tipo “covinha” e um reticulado. Destaca-se a expressiva monumentalidade da construção megalítica.

D. J. Cruz

PARTICIPANTES

António A. Huet Bacelar Gonçalves
Alberto Manuel Metelo Coimbra
Alexandra Águeda de Figueiredo
Alexandra Maria Ferreira Vieira
Alexandre Jorge Florêncio Caniço Cordeiro Canha
Alexandre Tiago dos Santos Valinho
Ana Castilho Marques de Sá
Ana Cristina C. F. B. de Oliveira
Ana Isabel de Sá Ferreira Pipa
Ana Maria C. Leite da Cunha
Ana Maria dos Santos Silva
Ana Maria Gonçalves Ávila de Melo
Ana Maria Martin Bravo
Ana Maria Roçadas Mourão Martins Rodrigues
Ana Paula Duarte Lestro Henriques
Anabela da Silva Duarte
André Tomás Pinto da Silva e Conceição Santos
António Carlos Valera
António do Nascimento Sá Coixão
António Faustino de Carvalho
António José Fernandes Heitor
António José Roseiro de Oliveira Pimentel
António Sérgio dos Santos Pereira
Augusto Jorge da Costa Aveleira
Aurora Sobral de Carvalho
Beatriz Teijeiro López
Carla Alexandra Nazaré do Carmo Lopes
Carla Isabel Dias Franco
Carla Magno Dias
Carla Natividade de Sousa Magalhães
Carla Stockler
Cláudia Alemão
Crisanda Tavares Unsworth
Cristina Maria dos Santos Teixeira
Diana Pozuelo Lorenzo
Dina Julieta Custódio Matias
Domingos J. da Cruz
Eduardo Galán Domingo
Eduardo Manuel Batista Porfírio
Eunice Rute das Neves Moura Silva
Fernando Carrera Ramirez
Fernando Pereira da Silva
Filipe João Carvalho Moreira
Francisco Faure
Francisco Henriques
Gonçalo Cardoso Leite Velho
Helena Moura
Hipólito Collado Giraldo
Inês Mafalda Martins Pereira dos Santos
Iva João da Silva Teles Morais Botelho
Jaquelina Covaneiro Rosa
João Carlos Caninas
João Carlos de Senna Martinez
João Luís Cardoso
João Nuno Pereira Valério Marques
João Pedro Bernardes
João Perpétuo
Joaquim Emanuel Neves de Carvalho
Jorge David Marinho Sampaio
José de Luís Francisco
José Henrique Márquez Romero
José Manuel Quintã Ventura
José Paulo Almeida Francisco
Júlio Manuel Pereira
Lídia Maria dos Santos Lopes
Lídia Maria Gonçalves Baptista
Lucas Catalán Garrido
Lucília do Carmo Marrafa
Ludwing Jaffe
Luís Filipe C. Gomes
Luís Manuel Pinto de Carvalho
Luís Miguel da Silva Simões Luís
Luis-Efrén Fernández Rodríguez
Manuela Carmona
Margarida Moreira
Margarida Silva Barroso
Maria Cristina Ribeiro de Sousa Fernandes
Maria de Jesus Sanches
Maria de Lurdes Cunha de Oliveira
Maria Euridice Sameiro Barros de Carvalho
Maria Fernanda de Sousa Boto
Maria João de Sousa Neves
Maria Manuela Ferreira
Maria Manuela Margarida de Deus
Maria Margarida M. da Silva Salvador
Marina Afonso Vieira da Silva
Mário Reis
Marta do Rosário Martins Mendes

Martin Höck
Miguel Almeida
Miguel Angel González López
Miguel António Paixão Serra
Miguel Filipe Correia
Míla Simões de Abreu
Milagros Fernandez Algaba
Minerva Rodríguez Jover
Montserrat Girón Abumalham
Myriam Rodríguez López
Nuno Alexandre Simões Canas
Nuno Mariano Agostinho Soares
Nuno Miguel Sousa Ribeiro Soares
Nuno Ricardo de Oliveira Gamboa
Orlando Castro Ferreira de Sousa
Óscar López Jimenez
Paulo Alexandre Mourinho Arsénio
Paulo José Pinto Batista
Pedro Jorge Lopes Barbosa
Pedro Miguel Xavier
Pedro Sobral de Carvalho

Philine Kalb
Raquel Vilaça
Rui Jorge Narciso Boaventura
Rui Rodrigo dos Santos Aguilar Neves Dias
Sandra Carla Pais Barbosa
Sandra da Costa Pinheiro
Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro
Sérgio Miguel Simões Pereira
Sérgio Rodrigues
Sílvia Mónica Loureiro Mendes
Sílvia Robalo Moreira
Sofia Gomes Figueiredo Salvador
Sónia Marques Gabriel
Susana M. Soares R. L. de Oliveira Jorge
Thierry Aubry
Vânia Cecília Marques Carvalho
Victoria Villoch Vazquez
Virgílio Hipólito Correia
Vitor Manuel Cordeiro Pedrosa
Vitor Manuel de Oliveira Jorge

